

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 34/2018-PGJ, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Disciplina o Sistema de Plantão da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO a necessidade de se manter todos os serviços que atendem aos casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente decorrente da natureza de suas atribuições, em pleno funcionamento;

CONSIDERANDO ser recomendável a designação de servidores para atuar nas diferentes áreas relacionadas com sistemas de Tecnologia da Informação, no sentido de prestar apoio aos serviços, em caráter de continuidade;

CONSIDERANDO que a nova realidade funcional e o avanço da tecnologia impõem a adoção de providências que garantam a eficácia dos serviços com base nas ações e no suporte prestado pela área de Tecnologia da Informação;

CONSIDERANDO que os serviços sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação configuram-se como tarefas que requerem padrão de conhecimento técnico aprimorado;

CONSIDERANDO que os sistemas estruturados que sustentam o funcionamento e o desenvolvimento das atividades do Ministério Público não devem sofrer solução de descontinuidade, sob pena de prejuízo à atividade ministerial;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, impessoais para formação da escala de plantão dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação,

RESOLVE:

Art. 1º No âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação, o plantão será desempenhado de forma a manter o funcionamento contínuo de suas atividades e a alta disponibilidade dos sistemas informatizados, observados os termos constantes desta Resolução.

Art. 2º A organização do serviço obedecerá a planejamento técnico elaborado pela Divisão de Projetos e Serviços de TI, com ênfase nos fatores de funcionalidade e eficácia, permitindo o adequado suporte operacional às atividades relacionadas aos sistemas do Ministério Público.

Art. 3º Os servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação atuarão em jornada diária regular e, ainda, em regime de plantão ordinário.

Art. 4º O plantão ordinário da Secretaria de Tecnologia da Informação, para atender os casos urgentes de modo a assegurar a operacionalidade dos sistemas do Ministério Público, funcionará:

I - ininterruptamente, em sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense; e

II - das 18h01min às 7h59min, em regime de sobreaviso, nos dias úteis.

§ 1º Nos finais de semana ou feriados, o plantão terá início às 18h01min do último dia útil, encerrando-se às 7h59min do primeiro dia útil subsequente.

§ 2º O plantão ordinário será cumprido por três servidores, cada um dos seguintes setores:

I - Departamento de Infraestrutura de Tecnologia, responsável pela manutenção do funcionamento das linhas de comunicação, equipamentos servidores e rede lógica;

II - Departamento de Sistemas da Informação, responsável por sistemas críticos;

III - Departamento de Governança de TI, responsável pelo atendimento inicial aos usuários de TI do Ministério Público, inclusive SAJMP de 1º e 2º Graus.

§ 3º O plantão ordinário compreende:

I - disponibilidade do servidor, em regime de sobreaviso, para atendimento *incontinenti* das solicitações de serviço;

II – comparecimento ao serviço na área ou unidade de trabalho, adotando as providências funcionais cabíveis à situação;

III – atuação do servidor por meio de trabalho remoto, quando se encontrar em ambiente externo.

Art. 5º A escala de plantão ordinário será disponibilizada na página eletrônica do Ministério Público, com o nome do servidor plantonista e número do telefone institucional de contato.

Parágrafo único. A confirmação do plantão deverá ser lançada em sistema disponível na intranet até o oitavo dia do mês subsequente ao do plantão realizado ou, na ausência de sistema, deverá ser comunicada a Secretaria de Recursos Humanos nesse mesmo prazo.

Art. 6º O servidor escalado para o plantão que, injustificadamente, não for localizado, dificultando dessa forma o atendimento, incorrerá em infração disciplinar a ser apurada na forma da lei.

Art. 7º O servidor escalado para o plantão fará jus a verba indenizatória correspondente ao plantão cumprido, de acordo com os valores estabelecidos no art. 11 da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012.

Art. 8º O servidor plantonista ficará responsável pelo atendimento das demandas via telefone celular e acesso remoto aos sistemas informatizados do Ministério Público, salvo nas hipóteses abaixo, quando haverá sua substituição conforme designação da chefia imediata:

I - afastamentos ou licenças previstos na resolução que trata da frequência dos servidores;

II - deslocamento a serviço para outra localidade quando determinado pela chefia imediata;

III - doação de sangue, em situações excepcionais justificadas.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4353/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de junho de 2010,

R E S O L V E:

O valor diário do auxílio-transporte dos estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul fica estipulado em R\$ 7,90 (sete reais e noventa centavos), conforme hipóteses e critérios de pagamento definidos na Resolução nº 015/2010-PGJ (Processo Administrativo nº 09.2018.00004611-2), a partir de 1º de janeiro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4303/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Procurador de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Procuradores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	P.A.	1º PERÍODO	2º PERÍODO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Olavo Monteiro Mascarenhas	2017/2018	22.4 a 11.5.2019		10 a 19.4.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4304/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2010/2011 e 4 (quatro) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 17 a 21.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4305/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, a serem usufruídos nos dias 17, 18 e 19.12.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4306/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso 1 (um) dia de compensação por sua atuação perante a 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 10.4.2017, a ser usufruído no dia 5.8.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4307/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Marcos André Sant'Ana Cardoso	25, 26, 27 e 28.2 e 1º.3.2017	15, 16, 17, 18 e 19.7.2019
	2.4, 13, 14, 27 e 28.5.2017	29, 30 e 31.7, 1º e 2.8.2019
Victor Leonardo de Miranda Taveira	3.9.2017	14.12.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4308/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	5 a 15.2.2019			

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4309/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos no período de 22 a 26.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4341/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D'Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da mencionada Comarca, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Eduardo Fonticelha De Rose.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4338/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Douglas Silva Teixeira	30	7.1 a 5.2.2019
Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho	27	7.1 a 2.2.2019
Marcos Alex Vera de Oliveira	30	7.1 a 5.2.2019
Paulo Leonardo de Faria	15	5 a 19.12.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4342/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
7 (18h01min) a 14.1.2019 (7h59min)	Camila Augusta Calarge Doreto
4 (18h01min) a 11.2.2019 (7h59min)	Eduardo Franco Cândia

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
7 (18h01min) a 14.1.2019 (7h59min)	Eduardo Franco Cândia
4 (18h01min) a 11.2.2019 (7h59min)	Camila Augusta Calarge Doreto

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4343/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4605/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4350/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 11, 12 e 13.2.2018, a serem usufruídos nos dias 17, 18 e 19.12.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4352/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de férias da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4355/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4198/2018-PGJ, de 10.12.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí, de forma que, onde consta: “Período: 11.12.2018”; passe a constar: “Período: 17.12.2018”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4369/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) a 16.1.2018 (7h59min)	17ª	Luiz Gustavo Camacho Terçariol	98478-2087
16 (18h01min) a 23.1.2018 (7h59min)	13ª	Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	98478-2087
23 (18h01min) a 30.1.2018 (7h59min)	8ª	Juliano Albuquerque	98478-2087
30.1 (18h01min) a 6.2.2018 (7h59min)	4ª	João Linhares Júnior	98478-2087

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4370/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) a 9.1.2019 (7h59min)	9ª	Moisés Casarotto	99129-2433
9 (18h01min) a 16.1.2019 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433
16 (18h01min) a 23.1.2019 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	99129-2433
23 (18h01min) a 30.1.2019 (7h59min)	8ª	Luciano Anechini Lara Leite	99129-2433
30.1 (18h01min) a 6.2.2019 (7h59min)	7ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4371/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) e 8.1.2018 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
9 (18h01min) a 16.1.2018 (7h59min)	4ª	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99603-9203
16 (18h01min) a 23.1.2018 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203
23 (18h01min) a 30.1.2018 (7h59min)	6ª	Marcos Martins de Brito	99603-9203
30.1 (18h01min) a 6.2.2018 (7h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4374/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4108/2018-PGJ, de 4.12.2018, por necessidade de serviço, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente ao dia 21.8.2016, que seria usufruída no dia 18.12.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4372/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
12 e 13.1.2019	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
19 e 20.1.2019	1ª PJ de Fátima do Sul	Romão Avila Milhan Junior	99941-7123
26 e 27.1.2019	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
12 e 13.1.2019	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
19 e 20.1.2019	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
26 e 27.1.2019	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
12 e 13.1.2019	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
19 e 20.1.2019	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
26 e 27.1.2019	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
12 e 13.1.2019	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
19 e 20.1.2019	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
12 e 13.1.2019	PJ de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
19 e 20.1.2019	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
12 e 13.1.2019	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
19 e 20.1.2019	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
12 e 13.1.2019	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
19 e 20.1.2019	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
12 e 13.1.2019	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
19 e 20.1.2019	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
26 e 27.1.2019	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
12 e 13.1.2019	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
19 e 20.1.2019	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
26 e 27.1.2019	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
12 e 13.1.2019	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
19 e 20.1.2019	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517

REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
12 e 13.1.2019	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
19 e 20.1.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
12 e 13.1.2019	PJ de Brasilândia	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572
19 e 20.1.2019	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
26 e 27.1.2019	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
12 e 13.1.2019	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
19 e 20.1.2019	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
12 e 13.1.2019	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
19 e 20.1.2019	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4339/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4246/2018-PGJ, de 12.12.2018, que concedeu progressão funcional à servidora Stella Trota Forte, de forma que, onde consta: “CLASSE B, PADRÃO 11”, passe a constar: “CLASSE A, PADRÃO 11”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4340/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a cedência do servidor João Gustavo Tabarelli Batista, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, sem ônus para a origem, em prorrogação, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 20.2.2019, nos termos do artigo 170 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, do artigo 8º, § 2º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e do artigo 3º da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31 de outubro de 2013 (Processo PGJ/10/0655/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4375/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 99/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Marina Nery Alves, Analista/Administração; 2) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura; 3) Fiscal Administrativo – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3475/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº 4344/2018-PGJ, DE 17.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO, no uso das atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 7 a 15.1.2018, a serem usufruídos nos dias 9, 10 e 11.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º, 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4330/2018-PGJ, DE 17.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4331/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Dan Philippe Carneiro	2012/2013	7 a 21.1.2019
Francimar Messias Assis Junior	2015/2016	13 a 17.12.2018 22 a 31.7.2019
Thaís Noll Marques Perciany	2014/2015	7 a 15.1.2019
Valter Vieira Segundo	2015/2016	7 a 11.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4332/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 27.10.2018, as férias do servidor Kerman Mendes Pereira, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 30.10 a 16.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4333/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.12.2018, as férias do servidor Murilo Marquini Porto, concedidas por meio da Portaria nº 3935/2018-PGJ, de 20.11.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 17 a 19.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4334/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Vanessa Cardoso Gai, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas alterações, que seriam usufruídas no período de 5 a 14.11.2018, a serem usufruídas no período de 11 a 20.3.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4335/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Thuliana Alves da Silveira, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 702/2018-PGJ, de 20.2.2018, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.12.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 17.4.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4336/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Jéssica Carli de Oliveira por meio da Portaria nº 2759/2018-PGJ, de 10.8.2018, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, e tornar sem efeito a Portaria nº 3453/2018-PGJ, de 10.10.2018, na parte que alterou as férias da referida servidora, conforme segue:

Onde consta:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jéssica Carli de Oliveira	2016/2017	30.7 a 8.8.2018	15 a 24.10.2018	10 a 19.12.2018	

Passe a constar:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jéssica Carli de Oliveira	2016/2017	30.7 a 8.8.2018	15 a 24.10.2018	5 a 14.11.2018	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4356/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sabrina Lopes Baes, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Governança de TI, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no dia 17.12.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4357/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Vinícius Queiroz Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7.1 a 5.2.2019, em razão de férias do servidor Pedro Borges de Souza.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4358/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Augusto Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Desenvolvimento, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias do titular, Daniel Rodrigues Duarte.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4360/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no dia 12.12.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Sabrina Lopes Baes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4361/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4362/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4363/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Costa Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 65ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 7 a 11 e 14 a 23.1.2019, em razão de licença para casamento e férias da servidora Arielle Silva Steiner.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4364/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.1.2019, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4365/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, no período de 9 a 18.1.2019, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4373/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alecy Dias da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Bela Vista, para, sem prejuízo de suas funções, realizar diligências na referida Comarca, nos dias 3 e 4.12.2018, em razão de licença para tratamento de saúde, e nos períodos de 5 a 7, 10 a 14 e 17 a 19.12.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Carlos Gonzalez Fernandes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4376/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, na parte em que se concedeu férias ao servidor Rafael Pires de Camargo, que seriam usufruídas nos períodos de 7 a 16.1.2019 e de 30.9 a 9.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 29/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000173-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a legalidade da redução salarial dos enfermeiros lotados nos Programas de Saúde Indígena, Estratégia de Agente Comunitário de Saúde e Estratégia de Saúde da Família, bem como verificar o impacto desta redução remuneratória na qualidade do serviço de saúde prestado no município de Ponta Porã/MS. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000913-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Fiscalizar o cumprimento pelo Município de Antônio João das disposições da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011 relativas ao acesso à informação e à transparência na execução orçamentária e financeira. **3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000278-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado - Requeridos: Iraci de Oliveira e Sadi João Bresolin de Oliveira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Sítio Nossa Senhora Aparecida, especialmente com relação à instituição e conservação da área de reserva legal e das áreas de preservação permanentes. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000140-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Elizeth Conceição Ribas - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a observância do princípio da impessoalidade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação da Equipe Volante para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Ponta Porã do ano de 2016. **5) Inquérito Civil nº 06.2015.00000146-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto às contratações temporárias por excepcional interesse público (CF, art.

37, IX), no âmbito da Educação Municipal de Taquarussu. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001862-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na escola municipal existente na comunidade Jaurú, a qual se encontra em situação precária. (IC nº 40/2014 - migrado para o SAJMP). **7) Inquérito Civil nº 06.2017.00002248-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade na contratação do escritório de advocacia Fernando José Baraúna Recalde, pelo município de Batayporã. **8) Inquérito Civil nº 06.2017.00002312-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposto desvio de função ocorrido na Prefeitura Municipal de Batayporã. **9) Inquérito Civil nº 06.2017.00000407-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventual impedimento para o exercício de função/cargo público na Administração Pública Municipal. **10) Inquérito Civil nº 06.2017.00000988-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Reovaldo Bogacki e Vilson Poll Backes - Assunto: Apurar dano ambiental na fazenda Rio Sucuriú, no município de Paraíso das Águas, descrito nos Laudos de Constatação nº 24631 e 24362 da PMA. **11) Inquérito Civil nº 06.2015.00000114-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar dano ambiental causado por Rosalina Lemes Rezende na fazenda Boa Esperança, no município de Paraíso das Águas. **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002690-5 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00002073-3** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde de Campo Grande - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/materiais de trabalho e falta/deficiência no quantitativo de profissionais (médico e enfermeiro) e da escala plantão de médicos e enfermeiros do Hospital da Mulher. (IC nº 13/2015, migrado para SAJMP). **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00002312-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade e direcionamento em favor em procedimento licitatório manejado pela Câmara de Vereadores de Três Lagoas de empresa de pesquisa pertencente ao Diretor do Grupo de Comunicação Agita Sr. Wesley Mendonça, com envolvimento do Diretor da Casa de Leis André Bacalá e do Presidente da Câmara André Bitencout, contratação superfaturada que teria por finalidade promover desvio de verba para fomentar a companhia deste último a Deputado. **15) Inquérito Civil nº 06.2016.00000736-6 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **16) Inquérito Civil nº 06.2018.00001916-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Osvaldo Carreteiro Furtado, fazenda Retiro Velho - Assunto: Apurar eventual degradação ambiental a partir de uma nascente onde ocorre erosão laminar com carreamento de sedimentos, os quais acarretam o assoreamento do córrego Urutal, situado no imóvel rural denominado Fazenda Retiro Velho, na cidade de Alcínópolis-MS, de propriedade de Osvaldo Carreteiro Furtado. (IC nº 22/2015 Migrado para o SAJMP). **17) Inquérito Civil nº 06.2017.00000149-8 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **18) Inquérito Civil nº 06.2017.00001716-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Citromax Indústria e Comércio Ltda.- EPP - Assunto: Apurar a regularidade da empresa Citromax Indústria e Comércio, para o transporte de produtos perigosos (agrotóxicos). **19) Inquérito Civil nº 06.2018.00001919-2** - 17ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados e a Secretaria Municipal de Assistência Social - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito dos CRAS e CREAS, mormente, quanto a falta de servidores (assistente social e psicólogo) para o atendimento da demanda no município de Dourados/MS. **20) Inquérito Civil nº 06.2016.00000797-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Aldifram de Assis Mundim Savergnini - Requerido: Município de Brasilândia - Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa, consistente na utilização de veículos e servidores do município de Brasilândia para realizar trabalho de cascalhamento em área de confinamento de gado, localizado na fazenda Tropical. **21) Inquérito Civil nº 06.2018.00002483-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerentes: Município Brasilândia e Rômulo Gustavo Bianchi de Mello - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas irregularidade e/ou ilegalidade na doação/patrocínio no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado à realização de evento a ser promovido pela Associação Recreativa União. **22) Inquérito Civil nº 06.2016.00000756-6 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **23) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003081-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual descumprimento de requisições ministerial pela Prefeitura Municipal de Bonito. **24) Inquérito Civil nº 06.2016.00000210-5** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos

Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar o regular andamento das eleições para o Conselho Gestor das unidades de saúde na cidade de Dourados/MS. **25) Inquérito Civil nº 06.2016.00001193-7** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa e a Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar a necessidade/possibilidade de expansão do Serviço SAD- Serviço de Atendimento Domiciliar, no município de Campo Grande, através do Hospital Santa Casa de Campo Grande e Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian- HUMAP. **26) Inquérito Civil nº 06.2018.00001130-1** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso do Sul/MS - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar se estão sendo disponibilizados serviços de saúde de atenção básica ao Projeto de Assentamento Estrela Campo Grande. **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00003018-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Chavez Eguez - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,70 hectares em área determinada como de Mata Atlântica, no interior do imóvel rural Balneário Iracema, ora pertencente a Luis Chavez Eguez, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente. **28) Inquérito Civil nº 06.2015.00000231-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia - Requerente: Câmara Municipal de Brasilândia - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de que as empresas Fibria, Eldorado e Caeté, ao promoverem extensas plantações de cana de açúcar e eucalipto nesta urbe, degradaram a qualidade do meio ambiente da cidade de Brasilândia, sem a respectiva compensação. **29) Inquérito Civil nº 06.2016.00001546-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a situação da precariedade da ponte do Rio Piquiri na Zona Rural de Pedro Gomes/MS. **30) Inquérito Civil nº 06.2017.00000164-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de ato de nepotismo, ante a nomeação para cargos em comissão, de confiança e de chefia do casal Roberto Magno e Vania Maria da Silva Pereira; bem como da pessoa de Elizeu Soares irmão do vereador Oziel Soares, respectivamente Gerente de Núcleo, Diretora de Escola e Chefe do Setor de Tributação. **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00000372-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar suposta irregularidade na remoção do servidor efetivo, José Carlos da Silva de Almeida. **32) Inquérito Civil nº 06.2018.00000064-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brillhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gustavo Sartori Foletto - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na Fazenda Sussuarana, de propriedade de Gustavo Sartori Foletto, consistentes na extração ilegal de árvores nativas. **33) Inquérito Civil nº 06.2018.00000308-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espaço Fest - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da perturbação do sossego alheio em razão da emissão sonora acima dos níveis permitidos pela legislação vigente, conduta praticada pelo empreendimento denominado Espaço Fest. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001415-0 (Sigiloso)** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande. **35) Inquérito Civil nº 06.2018.00002315-2** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais de Irani Furtunato da Silva, no que concerne ao acesso à saúde. **36) Inquérito Civil nº 06.2015.00000287-8** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na gestão 2015 do Instituto Mirim de Campo Grande/MS. **37) Inquérito Civil nº 06.2018.00001090-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauro Andfre Gatti - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa e degradação em área de preservação permanente. **38) Inquérito Civil nº 06.2018.00003473-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Eldorado/MS - Assunto: Averiguar se o aparelho de mamografia, objeto do contrato nº 168/2013, celebrado com a empresa Jaraguá Mercantil Ltda.-ME está sendo utilizado pela administração pública. **39) Inquérito Civil nº 06.2017.00001243-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar suposta situação de nepotismo na contratação de servidores pela Prefeitura Municipal de Miranda. **40) Inquérito Civil nº 06.2018.00000129-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Erney Cunha Bazzano Barbosa - Assunto: Apurar eventuais ilegalidades e irregularidades em pagamentos realizados pelo ex-prefeito do Município de Jardim, Erney Cunha Bazzano Barbosa, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **41) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002762-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas -

Assunto: Apurar questões relativas ao cumprimento da implantação do Plano de Manejo do Parque do Pombo, situado no município de Três Lagoas/MS. **42) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001206-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim - Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse efetuado pela Prefeitura Municipal de Jardim à Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB, conforme Lei nº 001/2018, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **43) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001316-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim - Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse efetuado pela Prefeitura Municipal de Jardim ao Sindicato Rural, conforme Lei nº 02/2018, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **44) Inquérito Civil nº 7/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerentes: Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria do Estado e Saúde., Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana - Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento dos agentes comunitários de saúde do município de Aquidauana, e ainda, possíveis desvios de verbas específicas encaminhadas ao município e destinadas ao pagamento dos referidos agentes. **45) Inquérito Civil nº 21/2014** - 6ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade das adaptações de acessibilidade nos ônibus do transporte coletivo de Campo Grande. **46) Inquérito Civil nº 41/2014** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas irregularidades cometidas pelos profissionais médicos que atuam no Hospital do Câncer de Dourados. **47) Inquérito Civil nº 1/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: João Carlos Arantes Cabral e Manuelina Arantes Cabral - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa, pelos requeridos, consistentes em enriquecimento ilícito. **48) Inquérito Civil nº 3/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota - Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa Artmídia Comunicação Visual - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação visual. **49) Inquérito Civil nº 5/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota - Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa Cifertelhas (LL Materiais de Construção Ltda.) - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para aquisição de materiais de construção. **50) Inquérito Civil nº 6/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota - Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa Concrefort (Gessyca Sant'ana Lacerda Eirelli - ME) - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para aquisição de artefatos de concreto. **51) Inquérito Civil nº 4/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota - Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa TMJB Ltda. -EPP - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de fossas. **52) Inquérito Civil nº 7/2014** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Mundo Novo - Requerente: Adolfina Bombardelli - Requerido: Município de Mundo Novo - Assunto: Apurar o desafetamento da rua Dom Pedro e colher informações sobre o aumento do cemitério municipal que ocupara referida rua. **53) Inquérito Civil nº 5/2016** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis omissões no atendimento da emergência do Hospital Bezerra de Menezes e no transporte de paciente para atendimento em outro hospital. **54) Inquérito Civil nº 2/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Iguatemi - Assunto: Apurar a regularidade no pagamento de diárias aos vereadores do município de Iguatemi. **55) Inquérito Civil nº 7/2014** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor do Estádio Pedro Pedrossian – “Moreirão”, localizado em Campo Grande/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Estadual Série A - 2014. **56) Inquérito Civil nº 50/2014** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução de serviços de desenvolvimento de um *software* destinado a gerenciar a execução das atividades da Guarda Municipal de Dourados, conforme Pregão Presencial nº 51/2013. **57) Inquérito Civil nº 6/2014** - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da

comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional da Unimed - Assunto: Apurar eventuais irregularidades noticiadas pela Vigilância Sanitária de que o Hospital Regional da Unimed não possui licença sanitária e equipamento de esterilização. **58) Inquérito Civil nº 4/2013** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia - Assunto: Apurar o cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009, de 27/05/2009 (Lei da Transparência) pelo município de Dourados. **59) Inquérito Civil nº 100/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Marcelo Pereira da Silva - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual irregularidade na licitação e na edificação da Biblioteca Municipal de Três Lagoas. **60) Inquérito Civil nº 8/2006 - Anexo 02** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Linício Carpinelli Stefani - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na rodovia do turismo, que estão contribuindo para o turvamento e carregamento de resíduos para o leito do Rio Formoso. **61) Inquérito Civil nº 13/2015** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - Assunto: Fiscalizar a implementação de respectivas políticas públicas para mulheres no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. **62) Inquérito Civil nº 49/2009** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: 4ª Cia de Polícia Ambiental de Bonito/MS - Assunto: Apurar eventual dano a vegetação natural, em área considerada de Preservação Permanente. **63) Inquérito Civil nº 42/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Tereza Cristina Pedrossian Cortada Amorim - Assunto: Apurar eventual desmatamento e agricultura na nascente do rio Aquidaban, fazenda Baía das Garças. **64) Inquérito Civil nº 30/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Bonito e WF Engenharia Ambiental Ltda.-EPP. - Assunto: Apurar irregularidades no Projeto de Revitalização do Balneário Municipal de Bonito/MS. **65) Inquérito Civil nº 79/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agropecuária Mendes Alves Ltda. - Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidades de licença, conservação de solo, ausência de memorial descritivo de reserva legal, degradação de área em APP. **66) Inquérito Civil nº 12/2010** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Seroni Petry - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na área de preservação permanente e reserva legal na propriedade denominada fazenda Brauninha. **67) Inquérito Civil nº 28/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Adriano de Oliveira, proprietário da fazenda Estrela - Assunto: Apurar eventual desmatamento na propriedade com aproveitamento para carvoaria, bem como ausência de mata ciliar em cursos d'água e também desmatamento de reserva legal, fato ocorrido na fazenda Estrela Dalva, zona rural Bonito/MS. **68) Inquérito Civil nº 57/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wilson Pereira Teles - Assunto: Apurar eventual corte de árvores vitalizadas, onde 3(três) são da espécie aroeira, sendo que foram cortadas em área requerida para ser reserva legal, na propriedade denominada fazenda Pitangueiras. **69) Inquérito Civil nº 4/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gustavo Conti, fazenda Figueira - Assunto: Apurar eventual uso de fogo em fração de área agropastoril, sem autorização do órgão competente, na propriedade denominada fazenda Figueira. **70) Inquérito Civil nº 4/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual desvio de instrumentos musicais e uniformes de banda e fanfarras do município de Nova Alvorada do Sul/MS. **71) Inquérito Civil nº 12/2014** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Verificar a situação do Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante - CETREMI, nesta capital, com vistas a garantir os direitos das pessoas em situação de rua.

Campo Grande, 18 de dezembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça e

Secretária Substituta do Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa incluída na ordem do dia:

1. Processo PGJ/10/1068/2018.

Requerente: Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

Assunto: Autorização para se ausentar da comarca para frequentar curso.

***Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, acompanhou o voto do Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos no sentido de autorizar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva a se ausentar da comarca de Corumbá para frequentar o curso de Doutorado Institucional – UFMS/USP, sem prejuízo de suas funções, não se incidindo na espécie as limitações contidas na Resolução nº 001/2016-CSMP, corrigindo assim a decisão do Conselho Superior do Ministério Público, proferida na reunião ordinária do dia 10 de abril de 2018, em que foi concedida licença para frequentar curso de Doutorado Institucional – UFMS/USP, nos termos da Resolução nº 001/2016-CSMP.*

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. Processo com pedido de vista:

1. Inquérito Civil nº 16/2014.

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Havan Lojas de Departamentos Ltda., e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade da fiscalização e do licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento Havan Lojas de Departamentos Ltda., localizado na avenida Cônsul Assaf Trad, pelo município de Campo Grande.

Relatora: Conselheira Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda

VOTO DA RELATORA: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – URBANISMO – APURAR REGULARIDADE URBANÍSTICA E AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTO DE GRANDE PORTE –PENDÊNCIAS PERSEGUIDAS PELO PODER PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE SEU PODER DE POLÍCIA – PARTE DAS IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Verifica-se terem sido constatadas diversas irregularidades na construção do empreendimento Havan LTDA. desta capital. Parte das irregularidades sanadas. Pendentes o Habite-se e o plantio de árvores no estacionamento. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para prosseguimento das investigações. Arquivamento não homologado.

VOTO-VISTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - DENÚNCIA ANÔNIMA EM FACE DE EMPREENDIMENTO COMERCIAL DE GRANDE PORTE - FALTA DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – RÉPLICA DE ESTÁTUA QUE NÃO REPRESENTA VALOR CULTURAL PARA CAMPO GRANDE – ESTUDO REALIZADO – CONSTRUÇÃO DE RÉPLICA DA ESTÁTUA REALIZADA NO INTERIOR DO TERRENO DA PROPRIEDADE PRIVADA APROVADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – LICENÇAS AMBIENTAL, DE INSTALAÇÃO, E DE OPERAÇÃO VIABILIZADAS NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO, INCLUSIVE COM CERTIFICADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS – DISCUSSÃO DE HABITE-SE E MULTA CONTRATUAL JUDICIALIZADAS – EXIGÊNCIAS FALTANTES DA SEMADUR E PLANURB PREVISTAS EM GDU DEVIDAMENTE ENCAMINHADAS E DISCUTIDAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO – IMPACTO SOCIAL POSITIVO DO EMPREENDIMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1 – Denúncia anônima - que se opõe à obra em construção de empreendimento comercial de grande monta, apontando a falta de estudo de impacto de vizinhança e a instalação de réplica de estátua que diz sem conotação cultural com o Município e região - afastada pela obtenção do respectivo estudo e pela aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização. Atuação ministerial resolutiva. 2 – No curso do procedimento, providências ainda tomadas pelo Município quanto às licenças ambiental, de instalação e de operação do empreendimento, reafirmam o acerto do arquivamento. 4 – Após quatro anos de trâmite de Inquérito Civil, observando-se que o Município vem, mesmo de forma lenta, adotando medidas que regularizam o empreendimento, afastado qualquer risco na estrutura da construção do prédio, mas carecendo de providências meramente de acabamento da obra e multa (objeto de discussão em juízo), e ainda dada a relevância social do empreendimento comercial, não há

por que justificar a continuidade do andamento do Inquérito Civil, quando os motivos apontados inicialmente em denúncia anônima já foram de há muito resolvidos.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto-vista com a concordância da Relatora, com a recomendação de acompanhar o procedimento referente ao habite-se e ao plantio das arvores.*

7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000313-4 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000327-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Loteamento Chácara Bacuri, lote nº 44, Zelia Dantas Assis

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel denominado Chácaras Bacuri lote nº 44, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - APURAÇÃO DA REGULARIDADE AMBIENTAL DE IMÓVEL SITUADO EM ÁREA URBANA - PROPRIEDADES SITUADAS À MARGEM DO RIO AQUIDAUANA - CONSTATAÇÃO DO BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE AO REDOR DA PROPRIEDADE - INEXISTÊNCIA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE A SER RECOMPOSTA - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - IMÓVEL URBANO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE INVESTIGATIVA DO FEITO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É despcienda a continuidade de investigação no Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar a regularidade ambiental de imóvel situado em área urbana, porquanto a empresa contratada para realizar o diagnóstico das propriedades localizadas à margem do Rio Aquidauana constatou o bom estado de conservação da vegetação existente ao redor da propriedade, a inexistência de Área de Preservação Permanente a ser recomposta, e a desnecessidade de proteção com cercas, e ainda porque o imóvel investigado também é objeto de apuração em procedimento coletivo. Desse modo, denota-se que a atuação ministerial teve resolutividade impondo-se a homologação de arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000310-1 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

b. Processos:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000041-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no município de Sonora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SONORA/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIOS PÚBLICOS PARA FINS PARTICULARES - EXISTÊNCIA DE DECRETO Nº 110/2013 AUTORIZANDO IRREGULARMENTE TAL UTILIZAÇÃO - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - REVOGAÇÃO DO REFERIDO DECRETO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não foi possível vislumbrar as irregularidades noticiadas na denúncia apócrifa, uma vez que havia Decreto nº 110/2013, permitindo a utilização de maquinários e operadores do município em serviços particulares. Tal fato, motivou a expedição da Recomendação Ministerial n. 04/2018, a fim de que o município providenciasse a revogação do referido decreto, o que foi prontamente atendido. Desse modo, a atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois as irregularidades identificadas foram sanadas pelo município de Sonora, e, não restou verificada a ocorrência de danos ao erário público, nem conduta lesiva ou dolo apto a caracterizar ato de improbidade

administrativa efetivamente imputado aos administradores públicos, devendo a Promoção de Arquivamento ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 5/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar a realização de contratação de servidores públicos sem prévio concurso público na esfera pública municipal, fato que constitui ato de improbidade administrativa.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – REORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL – EXONERAÇÃO DE SERVIDORES IRREGULARES - NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - TERMO DE AJUSTAMENTO – CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que a atuação ministerial demonstrou a devida resolutividade, pois as irregularidades que deram azo à instauração do presente procedimento foram sanadas, vez que o Termo de Ajustamento de Conduta entabulado entre o MPE e a Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul foi integralmente adimplido, e os candidatos aprovados no concurso público para servidor do executivo municipal foram nomeados, o plano de cargos e carreiras foram reorganizados e principalmente, foram exonerados os servidores que encontravam em situação irregular na referida instituição. Desse modo, observa-se que não há razão para o prosseguimento do feito, sendo o arquivamento do mesmo, medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 32/2012

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital do Câncer de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na utilização de doações de recursos do Hospital do Câncer de Dourados/MS. **INQUÉRITO CIVIL – 10ª PROMOTORIA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – HOSPITAL DO CÂNCER DE DOURADOS – ATUAL CENTRO DE TRATAMENTO DE CÂNCER DE DOURADOS - DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR DESVIO DE VERBAS ORIUNDAS DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REFERIDO NOSOCÔMIO – DAEX - RELATÓRIO CONTÁBIL - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA - DENÚNCIA RASA, SUPERFICIAL E INSUBSISTENTE – RESOLUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO PARQUET - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** As investigações empreendidas no decorrer do feito não conseguiram angariar elementos mínimos de convicção a respeito das práticas das irregularidades contidas na denúncia apócrifa. As medidas administrativas e os Relatórios de Vistoria realizados pelo DAEX/CORTEC-PGJ e as demais provas ajuizadas aos autos, não foram capazes de encontrar indícios de ilegalidades nas Prestações de Contas apresentadas pelo Hospital do Câncer de Dourados (atualmente Centro de Tratamento de Câncer de Dourados). Desse modo, não restou verificada a ocorrência de irregularidades, danos ao erário público, nem conduta lesiva ou dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa efetivamente imputado aos dirigentes do nosocômio, exsurto imponente a homologação do seu arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 16/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no PORTOPREV.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO MURTINHO/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO/MS - DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES NOS REPASSES DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS – SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES COMPROVADAS – ADOÇÃO DE MEDIDAS SANEADORAS - PARCELAMENTO DOS DÉBITOS PRETÉRITOS - DÉBITOS ATUAIS SENDO RECOLHIDOS REGULARMENTE - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que o Município de Porto Murtinho conseguiu

o parcelamento em 60 (sessenta) vezes, dos débitos advindos da ausência do repasse dos recolhimentos patronais ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Porto Murtinho – PORTOPREV, através do advento da Lei Municipal nº 1556/ 2015, e que vem cumprindo regularmente com o pagamento das parcelas, não havendo notícias de novos atrasos nos repasses de tais contribuições. Ainda, observou-se a ausência de conduta dolosa ou má-fé, por parte do gestor público municipal, bem como de desvio de dinheiro ou enriquecimento ilícito, apto a configurar ato de improbidade administrativa violador de princípios da Administração Pública. Desse modo, é indubitável que a atuação do órgão de execução demonstrou a devida resolutividade, não havendo razão para o prosseguimento do feito, sendo o arquivamento do mesmo, medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 27/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdir José Zorzo, proprietário da chácara Alegrino

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo do imóvel “Chácara Alegrino”.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL /MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - CHÁCARA ALEGRINO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 17/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Augusto Lopes Garcia, fazenda Santo Antônio

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo no imóvel rural fazenda Santo Antônio.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - FAZENDA SANTO ANTONIO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo nº 02.2018.00054998-2 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 38/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim, Werther Araújo, ex-Secretário Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Coxim noticiadas no Relatório de Apuração de Denúncia nº 296/2009, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde, praticadas no ano de 2008, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM - RELATÓRIO DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS Nº 269/2009/SES – CONDUTAS PRATICADAS NO ANO DE 2008 – DILIGÊNCIAS REALIZADAS COM RESOLUTIVIDADE PELO PARQUET – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CRIME DE DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO POR FRACIONAMENTO DO OBJETO – DOLO ESPECÍFICO E DANO AO ERÁRIO PÚBLICO NÃO CONFIGURADO - PRESCRIÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. No decorrer da instrução processual aferiu-se que a totalidade dos problemas listados na denúncia foram sanados. No que tange a existência de possível crime de dispensa ilegal de licitação por fracionamento perpetrado pelo Secretário Municipal de Saúde, nada restou comprovado. Ao contrário, a boa prática de condutas administrativas, a ausência de configuração de dolo específico e de dano ao erário público atestam que não houve crime previsto no artigo 89, da Lei de Licitações a ser imputado ao agente público municipal. Ainda, constatou-se a incidência do instituto da prescrição, vez que os fatos aqui analisados remontam ao ano de 2008. Desse modo, denota-se que as medidas encetadas pelo órgão de execução demonstraram resolutividade e estão exauridas, devendo ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001579-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a existência de ações de prevenção e repressão por parte do Município de Coxim, sobre os perímetros escolares desta cidade, objetivando garantir a tranquilidade de professores (funcionários), pais e alunos de modo a evitar o mau uso das escolas por parte de vendedores ambulantes e pessoas estranhas à comunidade escolar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM/MS - APURAR A EXISTÊNCIA DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE COXIM, SOBRE OS PERÍMETROS DESTA CIDADE, OBJETIVANDO GARANTIR A TRANQUILIDADE DE PROFESSORES (FUNCIONÁRIOS), PAIS E ALUNOS DE MODO A EVITAR O MAU USO DAS ESCOLAS POR PARTE DE VENDEDORES AMBULANTES E PESSOAS ESTRANHAS À COMUNIDADE ESCOLAR INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que após a realização de fiscalização junto aos comerciantes ambulantes nas proximidades dos estabelecimentos escolares do Município de Coxim/MS, constatou-se que todos possuem a documentação necessária, ou seja, os respectivos Alvarás para o regular funcionamento. Outrossim, foi ressaltado pela equipe de fiscais que somente na Escola Estadual Padre Nunes havia um vendedor ambulante de guloseimas, porém, restou constatado que este se encontra em situação regular junto à Municipalidade, juntamente com o Alvará de Localização e Funcionamento válido. Nesse sentido, impende sopesar que o Ministério Público adotou todas as medidas pertinentes ao caso, estando sua atuação exaurida, pois as supostas irregularidades que deram azo a instauração desse feito não foram verificadas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002082-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: IMASUL e proprietários.

Assunto: Acompanhar a atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnóstico de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, em relação às propriedades urbanas em que não foram constatadas construções em área de APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - ACOMPANHAR A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL EM RELAÇÃO À RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS QUE FORAM OBJETO DE DIAGNÓSTICO DE PROPRIEDADES AO LONGO DO RIO AQUIDAUANA, EM RELAÇÃO ÀS PROPRIEDADES URBANAS EM QUE NÃO FORAM CONSTATADAS CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE APP - REUNIÃO COLETIVA REALIZADA - AÇÕES CIVIS PÚBLICAS INSTAURADAS - DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE APRESENTADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando os autos, com o esgotamento das diligências cabíveis referente ao acompanhamento da atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnóstico de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, bem como tendo sido instauradas as Ações Civis Públicas individualizadas

nas propriedades em que não houve manifestação pertinente ou que os documentos apresentadas não foram suficientes para a efetiva comprovação de correção do dano, assim como arquivadas as fichas das propriedades que se demonstraram devidamente regularizadas. Assim, não há subsídios fáticos capazes de embasar o prosseguimento das investigações, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 18/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Imasul

Requerido: Auto Posto 2007 Ltda.

Assunto: Apurar suposta falta de licença de operação do Auto Posto 2007 Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS – APURAR EVENTUAL FALTA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DO “AUTO POSTO 2007 LTDA.” – DILIGÊNCIA FALTANTE – ANÁLISE PENDENTE NO ÓRGÃO RESPONSÁVEL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Denota-se que resta a análise dos documentos pelo órgão ambiental competente (IMASUL) no âmbito de suas atribuições a fim de se solucionar a questão. Contudo, após contato com a Promotoria de Justiça de origem, consoante certidão em anexo, constatou-se que referida análise ainda se encontra pendente no órgão responsável, mostrando-se não ser possível o arquivamento deste feito no presente momento. Assim, não há que se falar em arquivamento do feito, sendo necessária a completa análise pelo IMASUL para a obtenção da respectiva licença, para que assim haja o deslinde completo do caso. Desse modo, voto pela não homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 28/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Proprietário do imóvel denominado fazenda Veredas, localizada na Zona Rural desta cidade de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência de extração de madeira nativa sem licença ambiental e degradação em área de APP, na fazenda Veredas, situada no município de Aparecida do Taboado/MS, conforme demonstra os Autos de Infrações nºs 12450, 12201, 12202, Laudo de Constatação nº 13274, painéis fotográficos e Termos de Apreensão, depósito, paralisação SEMAC IMASUL nº 04724.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS EM CONSEQUÊNCIA DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA NATIVA SEM LICENÇA AMBIENTAL E DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA “FAZENDA VEREDAS”, EM APARECIDA DO TABOADO/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – APRESENTAÇÃO DE PRADA – INSCRIÇÃO no cadastro ambiental rural SOB O Nº CARMS0055753 – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – promoção de arquivamento homologada. Nesse sentido, restou devidamente comprovado a inscrição do imóvel rural “Fazenda Veredas” no Cadastro Ambiental Rural do Mato Grosso do Sul, verificando a ausência de justa causa para a continuidade do presente feito (fls. 210/211). Dessa forma, tendo sido juntado o Certificado de Inscrição no CAR sob o nº CARMS0055753, bem como o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta, uma vez que se comprovou o depósito realizado pelo requerido em favor do FUNLES – Fundo de Defesa e Reparação dos Interesses Difusos Lesados, no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), e com relação à reparação dos danos em Área de Preservação Permanente, constatou-se do Relatório de Vistoria da Polícia Militar Ambiental que o requerido adotou todas as medidas necessárias para o isolamento e recuperação da área em questão.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 6/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar possível ilegalidade, no âmbito da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, na contratação e na execução da avença com uma empresa de publicidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE – INOCORRÊNCIA – ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível ilegalidade, no âmbito da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, na contratação e na execução da avença com uma empresa de publicidade. 2. A análise dos autos revela a atuação profícua do órgão de execução de origem, que culminou no esclarecimento e resolução do objeto ora investigado, constando-se a lisura no curso do Procedimento Licitatório (Concorrência nº 1/2013) e a regularidade na execução do Contrato Administrativo firmado entre a empresa Ramal Publicidade e a Prefeitura de Sidrolândia. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 20/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Anastácio, Douglas Melo Figueiredo

Assunto: Apurar irregularidades em contratos licitatórios para contratação de restaurantes e afins, para atender a Prefeitura Municipal de Anastácio/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE AMAMBAI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE RESTAURANTES PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — DESVIO DA FINALIDADE PÚBLICA - NÃO CONSTATAÇÃO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na contratação de restaurantes para o fornecimento de gêneros alimentícios àquele município. 2. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer o objeto deste Inquérito Civil, restando ilididos os termos da denúncia anônima que o ensejou, considerando a legalidade do procedimento licitatório e a regular execução do Contrato Administrativo firmado com a empresa “Leonor Eloi da Silva ME”, que teve por fim a aquisição de refeições para atender eventos de interesse público. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 16/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Câmara Municipal de Sete Quedas

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a regularização cadastral dos beneficiários das unidades habitacionais situadas nos loteamentos Mappim, Faixão e Jardim El Paraíso, bem como apurar eventual prática de crime de disposição de coisa alheia como própria por parte dos beneficiários que, de qualquer forma, negociaram as unidades habitacionais pertencentes ao município de Sete Quedas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ESCOLHA E DISTRIBUIÇÃO DE CASAS POPULARES – ALEGAÇÃO DE FAVORECIMENTO POLÍTICO COMO CRITÉRIO DE ESCOLHA – NÃO CONSTATAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para acompanhar a regularização cadastral dos beneficiários das unidades habitacionais dos loteamentos Mappim, Faixão e Jardim El Paraíso, bem como eventual prática de crime de disposição de coisa alheia como própria por parte dos beneficiários que, de qualquer forma, negociaram as unidades habitacionais pertencentes ao Município de Sete Quedas. 2. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer o objeto investigado, ilidindo-se a suposta prática de improbidade administrativa, eis que constatado que a seleção de beneficiários e a distribuição de unidades habitacionais foi pautada em critérios objetivos estipulados pela Instrução Normativa nº 33/2009 do Ministério das Cidades, com o fim de atender a população exposta à situação de risco ou de insalubridade. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 41/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Araguaia, de propriedade de Claudio Enumo e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Araguaia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA REFÚGIO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Araguaia, propriedade de Claudio Enumo e outros. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 62/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Favoreto Filho

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda São Judas Tadeu, consistente na derrubada de árvores esparsas, sem autorização ambiental (8295092014-8).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – COMARCA DE BATAYPORÃ – FAZENDA SÃO JUDAS TADEU – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE, CONSIDERANDO A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO A FIM DE PERCEBER INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS OUTRORA PERPETRADOS – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda São Judas Tadeu, consistente na derrubada de árvores esparsas, sem autorização legal. 2. A análise dos autos revela a atuação profícua do órgão de execução para solucionar o objeto deste Inquérito Civil, resultando na regularidade ambiental da Fazenda São Judas Tadeu, mormente ante à preservação e o isolamento da Área de Preservação Permanente, a inscrição no CAR-MS e a adoção de medidas para a conservação de seu solo. Ademais, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta, foi percebida indenização pelo dano ambiental outrora vislumbrado. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 10/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aquisição de pneus para a frota de veículos do município de Douradina/MS

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - MUNICÍPIO DE DOURADINA – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS - NÃO CONSTATAÇÃO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na aquisição de pneus para a frota de veículos do Município de Douradina. 2. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer o objeto deste Inquérito Civil, considerando que, com base na documentação angariada nos autos, não restou constatadas irregularidades nos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura de Douradina, tampouco elementos de prova que indiquem a aquisição excessiva de pneus para a frota de veículos oficiais. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 11/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Auto Elétrica e Baterias Paraná Ltda. - ME e o município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta irregularidade nos contratos celebrados com a empresa Auto Elétrica e Baterias Paraná Ltda. - ME, de propriedade de Milton Fernandes Silva, inclusive o decorrente do Processo nº 076/2013, Carta Convite nº 007/2013, no valor de R\$ 78.424,10.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DENÚNCIA ANÔNIMA - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO – ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NOS AUTOS APONTAM

A LISURA DO CERTAME E A CORRETA EXECUÇÃO DO CONTRATO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta irregularidade nos contratos celebrados com a empresa Auto Elétrica e baterias Paraná Ltda. – ME, de propriedade de Milton Fernandes Silva, inclusive o decorrente do Processo nº 76/2013, Carta Convite nº 07/2013, no valor de R\$ 78.424,10. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, ilidindo-se a suposta prática de ato de improbidade administrativa, eis que os elementos de informação colhidos nos autos atestam que o procedimento licitatório sob análise obedeceu aos preceitos da Lei nº 8.666/93, aliado ao cumprimento adequado do Contrato Administrativo dali oriundo. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 12/2015

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições estruturais e de ensino da Escola Municipal Martinho Barbosa Martins.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DIREITO À EDUCAÇÃO – COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - AVERIGUAR EVENTUAL IRREGULARIDADE ESTRUTURAL E DE ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL MARTINHO BARBOSA MARTINS NO CURSO DO PROCEDIMENTO – EXECUÇÃO DO PROGRAMA MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPDUC) EM PARCERIA COM O MPF - OBJETO ABARCADO PELO PROGRAMA, O QUAL VISA O DIAGNÓSTICO E O APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO E DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades nas condições estruturais e de ensino da Escola Municipal Barbosa Martins. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade deste Inquérito Civil, haja vista que o seu objeto será melhor fiscalizado por meio de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000485-5, que acompanha a execução do Programa Ministério Público Pela Educação (MPDUC), realizado em parceria com o Ministério Público Federal, que visa diagnosticar as condições das escolas municipais, a fim de impingir ao Poder Público Municipal o aperfeiçoamento educacional e estrutural das unidades de ensino. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Procedimento Preparatório nº 13/2016

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ovídio Empreendimentos Imobiliários Selvíria SPE Ltda.

Assunto: Apurar aspectos acerca da preservação das áreas Verdes, bem como da área Institucional do Residencial Eldorado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO-AMBIENTE - RESIDENCIAL ELDORADO – INSTITUIÇÃO DE ÁREAS VERDES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar aspectos acerca da preservação das áreas Verdes, bem como da área Institucional do Residencial Eldorado. 2. A análise dos autos revela a atuação profícua do órgão de execução para esclarecer e solucionar o objeto deste Procedimento Preparatório, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o responsável pelo Residencial Eldorado, cujos termos estão adequados ao disposto na Resolução nº 0015/2007/PGJ, aliada à instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 10/2012 - Anexo LCP

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais relacionados à área de educação, referente ao SIOPE nº 177/2012 do FNDE pelo município de Laguna Carapã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APLICAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEB – CONSTATAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais relacionados à área de educação, referente ao Siope n.º 177/2012 do FNDE, pelo Município de Laguna Carapã-MS, sendo que no ano de 2015, em decorrência da Lei Estadual n.º 4.613/14, a jurisdição de Laguna Carapã-MS passou a ser da comarca de Dourados. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, ilidindo-se a suposta prática de ato de improbidade administrativa, considerando a regularidade das contas apresentadas pelo Município de Laguna Carapã relativos à aplicação das verbas oriundas do FUNDEB no ano de 2011, consoante o teor do Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas deste Estado e no parecer elaborado pelo Ministério Público que atua junto à Corte de Contas. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 1/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar a correta aplicação dos recursos da FUNASA na realização de projeto de obra de esgotamento sanitário na cidade de Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A CORRETA APLICAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS À OBRA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ITAPORÃ – VERBAS FEDERAIS E SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DA FUNASA – ACOLHIMENTO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a correta aplicação dos recursos da Funasa na realização de projeto de obra de esgotamento sanitário na cidade de Itaporã. 2. Denota-se que a presente investigação trata de suposta má destinação de verbas públicas oriundas da União e sujeita à sua fiscalização, sendo, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, matéria cuja competência para julgar recai sobre a Justiça Federal. 3. Declínio de atribuição acolhido.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 93/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Rodeio

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Rodeio, de propriedade da Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA RODEIO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar situação jurídico ambiental do imóvel denominado, fazenda Rodeio, de propriedade da Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 11/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adaury Albuquerque Souto (Balneário do Adaury)

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Balneário do Adaury”, situado no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ESTABELECIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDOR – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Balneário do Adaury”, situado no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas nos artigos 33 a 43 da Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

14. Inquérito Civil nº 6/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Construtora Ilha Grande Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidades na construção de casas populares, no município de Novo Horizonte do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – NÃO CONSTATAÇÃO – CONCLUSÃO DAS OBRAS NO CURSO DO PROCEDIMENTO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na construção de casas populares no município de Novo Horizonte do Sul. 2. A análise detida dos autos revela que a atuação da Promotoria de Justiça de origem foi profícua para esclarecer e solucionar o objeto investigado, eis que os elementos de informação colhidos no curso do procedimento ilidem eventual prática de improbidade administrativa, além de restar constatado a conclusão das obras de construção de unidades habitacionais em benefício de cidadãos novo-horizontenses. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

15. Inquérito Civil nº 7/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Denúncia anônima

Requeridos: Empresa Ouro e Prata Turismo e a Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de suposta irregularidade no pagamento de convênio firmado pela Prefeitura de Aquidauana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA - DENÚNCIA ANÔNIMA – TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL PARA A LOCOMOÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DE AQUIDAUANA E ANASTÁCIO - SUPOSTA IRREGULARIDADE NO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE AQUIDAUANA E A ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO BRANCÃO (AUB) - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a denúncia de suposta irregularidade no convênio celebrado entre a Prefeitura de Aquidauana e a Associação dos Universitários do Brancão (AUB). 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto deste Inquérito Civil, pois os elementos comprobatórios angariados nos autos não apontam a alegada irregularidade na celebração e execução do Convênio de Cooperação financeira firmado entre a Associação dos Universitários do Brancão e a Prefeitura de Aquidauana, cujo objeto consistia em auxiliar o pagamento das despesas decorrentes do transporte dos estudantes de Aquidauana e Anastácio que cursavam o ensino superior nesta Capital, consoante apontam as cópias dos acordos, a relação de repasses efetuados e, especialmente, as respectivas prestações de contas. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

16. Inquérito Civil nº 54/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Estância Pingo D’água, de propriedade de Ladi Moreira Flores

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais na fazenda Estância Pingo D’água.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA ESTÂNCIA PINGO D’ÁGUA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar a notícia de eventual degradação ao meio ambiente na Fazenda denominada Estância Pingo D'Água. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 30/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Alwama

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Alwama, de propriedade de Walter Augusto de Carvalho e Mario A. de Carvalho, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE MIRANDA – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA ALWAMA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental da Fazenda Alwama, de propriedade de Walter Augusto de Carvalho e de Mário A. de Carvalho, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constando-se o adimplemento das obrigações assumidas em Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 15/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar a legalidade das doações de áreas públicas para a instalação de frigorífico e de matadouro no município de Ribas do Rio Pardo e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DENÚNCIA ANÔNIMA – SUPOSTA IRREGULARIDADES NA DOAÇÃO DE ÁREAS PARA CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DE FRIGORÍFICO E MATADOURO - REVOGAÇÃO DAS DOAÇÕES – INTERVENÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a legalidade das doações de áreas públicas para a instalação de frigorífico e de matadouro no Município de Ribas do Rio Pardo e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade da presente investigação, tendo em vista que, após a intervenção do Ministério Público, o Município de Ribas do Rio Pardo promoveu, por meio das Leis nº 1.077 e nº 1084 de 2017, a revogação das doações objeto de análise neste procedimento, reestabelecendo, portanto, às áreas ao patrimônio público municipal. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 13/2014

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Campo Grande quanto à fiscalização dos hospitais/maternidades que aderiram à Rede Cegonha, bem como quanto à realização de campanhas contínuas para ampla divulgação do direito ao parto humanizado à população campo-grandense.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO À FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE QUE ADERIRAM À REDE CEGONHA – INÉRCIA QUANTO À DIVULGAÇÃO DO PARTO HUMANIZADO – ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual omissão do Município de Campo Grande quanto à

fiscalização dos hospitais/maternidades que aderiram à Rede Cegonha, bem como quanto à realização de campanhas contínuas para ampla divulgação ao parto humanizado à população campo-grandense. 2. Abstraiu-se a atuação profficua do órgão de execução para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando que a sua intervenção foi apta a provocar o Poder Público acerca da adequada fiscalização das unidades de saúde atreladas à Rede Cegonha, aliada à notícia de promoção de campanhas e medidas com o fim de conscientizar a população campo-grandense sobre o direito ao parto humanizado, consoante vasta documentação acostada aos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 45/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Jaraguari/MS, consistente na distribuição de servidores municipais da área de limpeza para outras áreas, configurando desvio de função, assim como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTO DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DA ÁREA DE LIMPEZA – NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Jaraguari, consistente na suposta distribuição de servidores municipais da área de limpeza em outras áreas, configurando desvio de função, assim como eventuais reflexos na seara administrativa. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade do procedimento, restando ilididos os termos da manifestação anônima que o deflagrou, tendo em vista a inexistência de indícios de desvio de funções de servidores públicos da área da limpeza no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

21. Inquérito Civil nº 26/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Porto Felicidade, de propriedade de Antônio Benedito de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Porto Felicidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA PORTO FELICIDADE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar a notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda Porto Felicidade, de propriedade de Antônio Benedito de Oliveira. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

22. Inquérito Civil nº 26/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente urbano, tendo em vista a utilização de área pública constante no imóvel objeto da matrícula nº 03.239, por particulares, do município de Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE URBANO – DOAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA – RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DE ORIGEM - REVOGAÇÃO DO ATO NORMATIVO DOADOR – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual dano ao meio ambiente urbano, tendo em vista a utilização de área pública constante no imóvel objeto da matrícula nº 3.239, por particulares, do Município de Itaporã-MS. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade da presente investigação, tendo em vista que, após a intervenção do Ministério Público, a Administração Pública de Itaporã promoveu,

por meio da Lei nº 2.366/2015, a revogação da doação objeto de análise neste procedimento, reestabelecendo, portanto, às áreas ao patrimônio municipal. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

23. Inquérito Civil nº 19/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Jorge de Antônio Peron

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Jorge.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO JORGE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar a notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda São Jorge, de propriedade de Antônio Peron. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

24. Inquérito Civil nº 11/2015 (Sigiloso)

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Sete Quedas

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

25. Inquérito Civil nº 10/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao Patrimônio Público, tendo em vista os documentos apreendidos referentes à prestação de serviços pela “lava rápido” de Kaike Freire dos Reis ao município de Douradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SERVIÇO DE LIMPEZA DE AUTOMÓVEIS PÚBLICOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual dano ao Patrimônio Público, tendo em vista os documentos apreendidos referentes à prestação de serviços pelo lava rápido de Kaike Freire dos Reis ao Município de Douradina. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto investigado, tendo em vista que os elementos de informação colhidos nos autos não confirmam a prática de ato apto a caracterizar improbidade administrativa. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

26. Inquérito Civil nº 2/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cicero Miguel dos Santos

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em virtude de extração de cascalho sem o indispensável licenciamento ambiental, na propriedade denominada Sítio São José, localizado no município de Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – EXTRAÇÃO DE CASCALHO SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL – POSTERIOR REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE – ADEQUAÇÃO DA CONDUTA – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VISANDO A PERCEPÇÃO DE INDENIZAÇÃO AMBIENTAL – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais danos ambiental em virtude de extração de cascalho sem o indispensável licenciamento ambiental na propriedade Sítio São José, localizado no município de Itaporã. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando que, após a intervenção do Ministério Público, houve a regularização da atividade de extração de cascalho no Sítio São José, além de inexistirem danos ambientais em sua extensão, com aporte em Pareceres Técnicos elaborados pelo IMASUL e Polícia Militar Ambiental. 3. Além disso, o órgão de execução logrou êxito em celebrar Termo de Ajustamento de Conduta a fim de

perceber indenização quanto aos danos ambientais oriundos da exploração da atividade sem licença ambiental pertinente, cujo cumprimento será fiscalizado por meio de Procedimento Administrativo. 3. Promoção de arquivamento homologada.
Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

27. Inquérito Civil nº 22/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Serradinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITO À SAÚDE – APURAR A SUFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UBSF SERRADINHO – ADEQUAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na Unidade Básica de Saúde da Família Serradinho. 2. A análise detida dos autos revela a atuação profícua do órgão de execução de origem para esclarecer e solucionar o objeto investigado, eis que, após a sua intervenção, a Unidade Básica de Saúde da Família Serradinho apresenta equipe de profissionais de saúde completa (médicos, enfermeiros e cirurgiões dentistas), além de estar devidamente abastecida com os medicamentos da REMUNE, materiais, equipamentos e insumos, consoante se abstrai do Relatório de Vistoria Técnica, instruído com registros fotográficos, acostado aos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

28. Inquérito Civil nº 2/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerentes: Joe Alves dos Santos e Vinícius Meira

Requerido: Município de Japorã

Assunto: Apurar reclamações ambientais referente ao “lixão” municipal de Japorã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO “LIXÃO” DE JAPORÃ – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar reclamações ambientais referentes ao “lixão” municipal de Japorã. 2. A análise dos autos revela a atuação profícua do órgão de execução para esclarecer e solucionar o objeto deste Inquérito Civil, logrando êxito em firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura Municipal de Japorã, cujos termos estão adequados às disposições da Resolução nº 0015/2007/PGJ, aliada a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

29. Inquérito Civil nº 8/2013

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual existência de loteamento clandestino, denominado “João de Deus”, promovido pelo Sr. José Antônio Vieira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – HABITAÇÃO E URBANISMO - APURAR SUPOSTA EXISTÊNCIA DE LOTEAMENTO CLANDESTINO – NÃO CONSTATAÇÃO – REGULARIDADE DO EMPREENDIMENTO — DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual existência de loteamento clandestino denominado “João de Deus”, promovido pelo Sr. José Antônio Vieira. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto investigado, constatando-se a regularidade do loteamento denominado “João de Deus”, o qual foi implementado mediante a aprovação da Prefeitura de Itaporã e a obtenção de Licenças de Instalação e Operação perante o IMASUL, além de ter sido regularmente inscrito no Cartório de Registro de imóveis da comarca, restando ilididos, portanto, os teores da denúncia anônima ensejadora deste procedimento 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

30. Inquérito Civil nº 23/2015

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Dar concretude a garantia das vagas reservadas aos estacionamentos/logradouros públicos e privados em defesa dos direitos deficientes físicos e idosos, conforme preceitua a legislação correlata.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - GARANTIAS CONSTITUCIONAIS – MUNICÍPIO DE AMAMBAI – DAR CONCRETUDE ÀS NORMAS ATINENTES ÀS PESSOAS IDOSAS E/OU COM DEFICIÊNCIA FÍSICA – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO – EFETIVAÇÃO DE MEDIDAS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado a fim de dar concretude a garantia das vagas reservadas aos estacionamentos/logradouros públicos e privados em defesa dos direitos deficientes físicos e idosos, conforme preceitua a legislação correlata, no Município de Amambai. 2. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer o objeto investigado, eis que intervenção do Ministério Público foi apta a provocar no Poder Público uma postura ativa e permanente quanto à fiscalização do cumprimento da legislação voltada à reserva de vagas de estacionamento às pessoas idosas e/ou com deficiência, culminando na adequação de diversos estabelecimentos público e privados no Município de Amambai, além da promoção de campanha educativa a fim de conscientizar a população amambaiense acerca do tema. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

31. Inquérito Civil nº 24/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desmatamento em Área de Preservação Permanente (APP), na estrada Boiadeira próximo ao córrego Criminoso, conforme Manifestação nº 11.2016.00004101-9.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE - APURAR SUPOSTO DESMATAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – NÃO CONSTATAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE LESÃO AMBIENTAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposto desmatamento em Área de Preservação Permanente (APP) na estrada boiadeira próximo ao Córrego Criminoso. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, porquanto, a despeito do formulado na denúncia anônima ensejadora deste procedimento, não restou constatada o desmatamento em Área de Preservação Permanente e tampouco lesões ambientais aptas a ensejar a atuação do Ministério Público, consoante apontam os Relatórios de Vistorias da Polícia Militar Ambiental colacionados aos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

32. Inquérito Civil nº 57/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira de Marcelina Franco

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA PORTO FELICIDADE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar a notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda Palmeira, de propriedade de Guiomar Bervian. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas na Resolução n. 15/2007/PGJ, com a posterior instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento, consoante preceitua o artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

33. Inquérito Civil nº 06.2016.00000327-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Global Multix

Assunto: Apurar suposta prática de pirâmide financeira envolvendo a empresa Global Multix.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DIREITO DO CONSUMIDOR - SUPOSTA PRÁTICA DE PIRÂMIDE FINANCEIRA ENVOLVENDO A EMPRESA GLOBAL MULTIX - NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta prática de pirâmide financeira envolvendo a empresa Global Multix. 2. A análise dos autos revela que não subsistem motivos para a continuidade das investigações, eis que os elementos comprobatórios afastam o suposto dano à coletividade de consumidores do Mato Grosso do Sul, mormente ante a informação oriunda da Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor (PROCON) deste Estado quanto à inexistência de reclamações em desfavor da empresa Global Multix. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

34. Inquérito Civil nº 06.2016.00001599-9 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos em diligência, nos termos do voto da Relatora.

35. Inquérito Civil nº 06.2017.00001960-0 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

36. Inquérito Civil nº 06.2016.00000697-8 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

37. Inquérito Civil nº 06.2016.00000383-7 - SIGILOS

Procuradoria-Geral de Justiça

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

38. Inquérito Civil nº 06.2016.00000379-2 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

39. Inquérito Civil nº 06.2016.00001037-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bar Mattos

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade consistente na poluição sonora e perturbação do sossego produzido pelo empreendimento denominado Bar Mattos, localizado na Rua Balbina de Matos, n. 1478, em Dourados-MS, e demais estabelecimentos vizinhos.

INQUÉRITO CIVIL COMARCA DE DOURADOS – MEIO-AMBIENTE –SUPOSTA POLUIÇÃO SONORA E PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO PRODUZIDO PELO EMPREENDIMENTO DENOMINADO "BAR MATTOS" – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VISANDO A REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia indicativa de irregularidade consistente na poluição sonora e perturbação do sossego produzido pelo empreendimento denominado Bar Mattos, localizado na Rua Balbina de Matos, n. 1478, em Dourados-MS, e demais estabelecimentos vizinhos. 2. As diligências efetuadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto investigado no presente Inquérito Civil, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário do empreendimento "Bar Mattos", contemplando obrigações que visam a regularização da atividade ali desempenhada e cujo cumprimento será fiscalizado por meio de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003460-5, consoante impõe o artigo 39 da Resolução n. 15/2007/PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

40. Inquérito Civil nº 06.2017.00001235-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual nepotismo e irregularidade no uso de veículo oficial para fins particulares.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO CRUZADO NO ATO DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NA PREFEITURA DE BANDEIRANTES – SUPOSTO USO INDEVIDO DE VEÍCULO OFICIAL PARA FINS PARTICULARES – NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade no uso de veículo oficial para fins particulares, além da suposta prática de nepotismo cruzado no ato de nomeação de servidor público na Prefeitura Municipal de Bandeirantes. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto deste Inquérito Civil, não restando constatada a utilização indevida de veículo público e tampouco a prática de nepotismo cruzado no ato de nomeação de J. A. O. no âmbito da Prefeitura Municipal de Bandeirantes. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

41. Inquérito Civil nº 06.2017.00000225-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Bandeirantes mencionados na manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 11.2016.00003456-2.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – MANIFESTAÇÃO ANÔNIMA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHOS DE SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – NÃO CONSTATAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Bandeirantes mencionados na manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 11.2016.00003456-2. 2. A análise dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que os elementos comprobatórios angariados neste Inquérito Civil acabaram por ilidir os termos da manifestação anônima que o deflagrou, já que apontam o regular exercício das funções dos servidores públicos Cícero Cassiano de Sá e Márcia Maria dos Santos Lodi. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

42. Inquérito Civil nº 06.2017.00000400-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Antônio João

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de exoneração de servidores nomeados para ocupar cargos em comissão criados pela Lei Municipal n. 53/2014 em observância à decisão judicial prolatada nos autos da Ação Popular n. 0801760-93.2014.8.12.0019 movida em face do Município de Antônio João.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROLATADA EM AÇÃO POPULAR – NÃO EXONERAÇÃO DE SERVIDORES NOMEADOS EM CARGO EM COMISSÃO IRREGULAR – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VISANDO À ADEQUAÇÃO DE TODO O QUADRO FUNCIONAL DO MUNICÍPIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de exoneração de servidores nomeados para ocupar cargos em comissão criados pela Lei Municipal n. 53/2014 em observância à decisão judicial proferida nos autos da Ação Popular n. 0801760-93.2014.8.12.0019 movida em face do Município de Antônio João. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do procedimento em análise, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que contempla obrigações aptas à adequação das contratações e nomeações irregulares de servidores no âmbito da Prefeitura Municipal de Antônio João, cujo cumprimento será fiscalizado mediante Procedimento Administrativo, nos termos do artigo 39 da Resolução nº 15/2007/PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

43. Inquérito Civil nº 06.2017.00001421-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Café Bambu Bar Ltda.

Assunto: Investigar suposta violação às normas urbanísticas e ambientais, especialmente com relação à prática de poluição sonora e uso abusivo do passeio público pelo estabelecimento comercial denominado Café Bambu.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ – PRÁTICA DE POLUIÇÃO SONORA E USO ABUSIVO DE PASSEIO PÚBLICO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO ACORDO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta violação às normas urbanísticas e ambientais, especialmente com relação à prática de poluição sonora e uso abusivo do passeio público pelo estabelecimento comercial denominado Café Bambu. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário do denominado "Café Bambu Bar Ltda - ME", visando a superação de irregularidades relacionadas à prática de poluição sonora, utilização do passeio público e gestão dos resíduos sólidos, aliado à instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, consoante impõe o artigo 39 da Resolução n. 15/CPJ/2012. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

44. Inquérito Civil nº 06.2017.00001333-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda e Luis Antônio Delgadillo Salazar

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário da Empresa Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda., instalada no Bairro Beira Rio, no Município de Corumbá/MS, Sr. Luis Antônio Delgadillo Salazar, com o fito de compensar o dano ambiental perpetrado, bem como reparar o dano moral coletivo, ambos decorrente do vazamento do gás amônia ocorrido no dia 08/06/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE – APURAR A POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE DANO AMBIENTAL, BEM COMO A REPARAÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO ORIUNDO DO VAZAMENTO DE GÁS AMÔNIA – NÃO AFERIÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE, A SAÚDE E À MORAL COLETIVA APTOS A OPORTUNIZAR A ATUAÇÃO JUDICIAL DO PARQUET – DESATIVAÇÃO DA EMPRESA – RETIRADA DOS PRODUTOS QUÍMICOS REMANESCENTES – INEXISTÊNCIA DE NOVAS INTERCORRÊNCIAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para buscar a adoção de providências pelo proprietário da Empresa Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda., instalada no Bairro Beira Rio, no Município de Corumbá/MS, Sr. Luis Antônio Delgadillo Salazar, com o fito de compensar o dano ambiental perpetrado, bem como reparar o dano moral coletivo, ambos decorrente do vazamento do gás amônia ocorrido no dia 08/06/2017.

2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, ante a não aferição de danos ao meio ambiente, à saúde e à moral coletiva decorrente do vazamento de gás amônia oriundo da empresa Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda aptos a oportunizar a atuação judicial do Parquet. Além disso, colhe-se dos autos que a empresa investigada paralisou as suas atividades, aliado à notícia de inexistência de novas intercorrências no local, consoante apontam o Corpo de Bombeiros Militar, a Vigilância Sanitária e a Polícia Militar Ambiental. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

45. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000974-6 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

46. Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos em diligência, nos termos do voto da Relatora.

47. Inquérito Civil nº 06.2018.00000484-4 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

48. Inquérito Civil nº 06.2017.00001196-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: NAVIRAIPREV – Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Naviraí

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, no que atine ao atraso no repasses de contribuições previdenciárias descontadas de servidores públicos municipais ao NAVIRAIPREV no mês de dezembro de 2016 e do 13º salário de 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - PATRIMÔNIO PÚBLICO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AUSÊNCIA DE REPASSES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS – NÃO AFERIÇÃO DE DOLO NA CONDUTA DO AGENTE E DANOS AO ERÁRIO PÚBLICO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a notícia de suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, quanto ao atraso no repasses de contribuições previdenciárias descontadas de servidores públicos municipais ao NAVIRAIPREV no mês de dezembro de 2016 e do 13º salário de 2016. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram profícuas para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, ilidindo-se a suposta prática de ato de improbidade administrativa por parte de José Izauri de Macedo, Prefeito do Município de Naviraí, no que atine ao atraso no repasse das contribuições devidas à Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

49. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001215-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade decorrente da nomeação da pessoa de Gustavo Garcia Leal para o exercício de cargo comissionado, fora das hipóteses previstas na Constituição Federal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA ILEGALIDADE EM NOMEAÇÃO - EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ilegalidade decorrente da nomeação da pessoa de G. G. L. para o exercício de cargo comissionado, fora das hipóteses previstas na Constituição Federal. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, restando ilididos os termos da denúncia que o ensejou, constatando-se a regularidade na nomeação de G. G. L. para o exercício de cargo comissionado, além de inexistirem elementos comprobatórios que apontem favorecimento no ato de sua nomeação para laborar no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

50. Inquérito Civil nº 06.2016.00000044-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar dano ambiental localizado na Avenida Mato Grosso do Sul cruzamento com a Avenida Espírito Santo, consistente em processo erosivo provocado pelas obras públicas de drenagem urbana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE - APURAR A OCORRÊNCIA DE PROCESSOS EROSIVOS PROVOCADOS POR OBRAS PÚBLICAS DE DRENAGEM URBANA – IRREGULARIDADES SANADAS NO CURSO DO PROCEDIMENTO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar dano ambiental localizado na Avenida Mato Grosso do Sul cruzamento com a Avenida Espírito Santo, consistente em processo erosivo provocado pelas obras públicas de drenagem urbana. 2. A análise dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, considerando que, após a intervenção do Órgão de Execução de origem, a Prefeitura de Chapadão do Sul promoveu medidas aptas para conter as erosões e regenerar a degradação ambiental outrora vislumbrada no cruzamento das Avenidas Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, consoante apontam os Relatórios de Diligências, instruídos com registros fotográficos, confeccionados pelo Engenheiro Florestal lotado na Promotoria de Justiça de origem. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

51. Inquérito Civil nº 06.2017.00001812-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução de obra para construção de Unidade de Ensino/Creche – modelo ProInfância no Município de Corguinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CORGUINHO – VERBAS ORIUNDAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) E SUJEITAS À SUA FISCALIZAÇÃO - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ACOLHIDO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na execução de obra para construção de Unidade de Ensino/Creche – modelo ProInfância no Município de Corguinho. 2. Denota-se que o presente procedimento trata de suposta má destinação de verbas públicas oriundas da União (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) e sujeitas à sua fiscalização, sendo, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, matéria cuja competência para julgar recai sobre a Justiça Federal. 3. Declínio de Atribuição acolhido.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição, nos termos do voto da Relatora.

52. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2017.00009717-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Admilson Santos da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar se o servidor público do município de Camapuã, Fabrício Martins Alves, está exercendo atividade econômica na gerência e administração de empresa, em desacordo com a Lei 1.291/2003.

EMENTA: RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO PARCIAL DE NOTÍCIA DE FATO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS POR SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - DESPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO. 1. Recurso interposto contra decisão proferida pelo Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, em substituição legal ao membro titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã, que determinou o arquivamento parcial da Notícia de Fato nº 01.2017.00009717-4. 2. A análise dos autos revela que cabe razão ao d. Promotor de Justiça ao arquivar parcialmente a presente Notícia de Fato, porquanto não restou confirmada a suposta irregularidade na percepção de remuneração no curso da licença concedida ao servidor, além de inexistirem óbices ao exercício de função empresarial no curso de licença para trato de interesses particulares, a qual, frise-se, é concedida com prejuízos a sua remuneração. 4. Desprovemento do recurso interposto e manutenção do arquivamento parcial da Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovemento do recurso e pela homologação parcial da promoção de arquivamento da notícia de fato, nos termos do voto da Relatora.

53. Inquérito Civil nº 06.2018.00000035-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Rodrigues

Assunto: Apurar suposta exploração de Floresta Nativa na Fazenda Gaete.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE - IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA GAETE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, VISANDO A PERCEPÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS OUTRORA PERPETRADOS NA "FAZENDA GAETE" – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para investigar a notícia de eventual degradação ao meio ambiente, decorrente da exploração de floresta nativa localizada fora da área de reserva legal, na Fazenda Gaete. 2. A análise dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, considerando que o Órgão de Execução de origem logrou êxito em celebrar Termo de Ajustamento de Conduta e perceber indenização quanto aos danos ambientais outrora vislumbrados na Fazenda Gaete, inscrita no CAR-MS sob o nº 0027894, cujo valor foi revertido em favor do Conselho de Segurança de Bela Vista. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

54. Inquérito Civil nº 06.2018.00000642-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais que ocasionaram o turvamento das águas do Rio Sucuri.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BONITO - MEIO-AMBIENTE – APURAR A OCORRÊNCIA DE TURVAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO SUCURI - NOTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL QUE PROVOCOU OS DANOS AMBIENTAIS – CUMPRIMENTOS DAS MEDIDAS APONTADAS PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades ambientais que ocasionaram o turvamento das águas do Rio Sucuri. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto investigado no presente Inquérito Civil, constatando-se que a turbidez do Rio Sucuri teria sido provocada pelo escoamento de sedimentos da Fazenda "São Geraldo", cujo proprietário efetivou todas as medidas apontadas em notificação expedida pela Polícia Militar Ambiental (PMA), sanando-se, portanto, a irregularidade ambiental outrora constatada. 3. Promoção de arquivamento homologada. *Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

55. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001426-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contrato firmado entre o Município de Bonito/MS e a empresa Marpav Engenharia, que eventualmente seria de propriedade de um primo do então Prefeito de Bonito, bem como teria terceirizado integralmente a execução do contrato firmado com o Município de Bonito/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventuais irregularidades em contrato firmado entre o Município de Bonito/MS e a empresa Marpav Engenharia, que eventualmente seria de propriedade de um primo do então Prefeito de Bonito, bem como teria terceirizado integralmente a execução do contrato firmado com o Município de Bonito/MS. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do procedimento em análise, restando ilididos os termos da denúncia que o deflagrou, ante a não aferição do suposto grau de parentesco entre o então Prefeito de Bonito e o proprietário da empresa Marpav Engenharia, além da inexistência de dano ao patrimônio público, já que a obra licitada sequer foi executada, culminando, inclusive, a anulação do empenho a ela vinculado. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

56. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000996-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do estacionamento irregular de veículos nos gramados da Circular da Lagoa Maior, em que é considerado Monumento Natural de Três Lagoas/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MEIO-AMBIENTE – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO NOS GRAMADOS DA CIRCULAR DA LAGOA MAIOR – IRREGULARIDADE SANADA NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar dano ambiental decorrente do estacionamento irregular de veículo nos gramados da Circular da Lagoa Maior, em que é considerado Monumento Natural de Três Lagoas. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, tendo em vista que, após a intervenção do Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Três Lagoas promoveu a instalação de balizas metálicas na Orla da Lagoa Maior, findando a atividade irregular de estacionamento de veículos no local e evitando, portanto, eventuais danos ao meio-ambiente. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

57. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000997-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da ausência do Certificado de Bombeiros no Ginásio de Esportes Cacilda Acre.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MEIO-AMBIENTE – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA AUSÊNCIA DO CERTIFICADO DE BOMBEIROS NO GINÁSIO DE ESPORTES CACILDA ACRE - ADEQUAÇÃO NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar possível dano ambiental decorrente da ausência do Certificado de Bombeiros no Ginásio de Esportes Cacilda Acre. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, considerando que, após a intervenção do Parquet, o Poder Público de Três Lagoas tomou as medidas necessárias para a regularização do Ginásio de Esportes Cacilda Acre, culminando na emissão do Certificado de Vistoria nº 789/SAT/2018, consoante atesta o 5º Grupamento de Bombeiros de Três Lagoas. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

58. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001315-4 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

59. Inquérito Civil nº 06.2018.00001898-2

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar as más condições higiênico-sanitárias, físicas e estruturais do local, colocando em risco alunos e funcionários que frequentam o Estabelecimento de Ensino Escola Municipal Willian Tavares de Oliveira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE COXIM – APURAR MÁS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS, FÍSICAS E ESTRUTURAIS DA ESCOLA MUNICIPAL WILLIAN TAVARES DE OLIVEIRA – ADEQUAÇÃO NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar as más condições higiênico-sanitárias, físicas e estruturais do local, colocando em risco alunos e funcionários que frequentam o Estabelecimento de Ensino Escola Municipal Willian Tavares de Oliveira. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que a intervenção do Órgão de Execução foi profícua para promover a adequação sanitária e estrutural da unidade educacional sob análise, consoante atesta a Coordenadoria de Vigilância Sanitária e o Corpo de Bombeiros Militar de Coxim. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

60. Inquérito Civil nº 06.2016.00000257-1 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

61. Inquérito Civil nº 06.2016.00000419-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de desvio de recursos destinados à construção de uma escola no Residencial Dioclécio Artuzi que, em tese, estaria sendo executada de forma irregular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - VERBAS REPASSADAS PELA UNIÃO FEDERAL E SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DO FNDE - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia indicativa de desvio de recursos destinados à construção de uma escola no Residencial Dioclécio Artuzi que, em tese, estaria sendo executada de forma irregular. 2. A detida análise dos autos revela que cabe razão o Órgão de Execução ao declinar a atribuição para o Ministério Público Federal, haja vista que se trata de suposta má destinação de verbas públicas oriundas da União e sujeitas à sua fiscalização, sendo, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, matéria cuja competência para julgar recai sobre a Justiça Federal. 3. Declínio de atribuição acolhido.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição, nos termos do voto da Relatora.*

62. Inquérito Civil nº 06.2016.00001099-3 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

b. Processos:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000631-0**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais

Assunto: Averiguar suposta irregularidade por parte do ECAD, consistente na falta de transparência no cálculo dos valores cobrados pela entidade por ocasião da execução de shows artísticos, bem como, na ausência de servidor do ECAD nos locais dos eventos para efetuar o levantamento do quantitativo de pessoas presentes para o cômputo do valor das taxas, o que resultaria em lançamentos aleatórios desses valores, além de outras pretensas irregularidades.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS – INEXISTÊNCIA DE INTERESSES QUE DEMANDEM A INTERVENÇÃO DO PARQUET – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONSUMERISTA – EVENTUAIS CONFLITOS DE INTERESSES SERÃO ARBITRADOS PELO MINISTÉRIO DA CULTURA, NOS TERMOS DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para averiguar suposta irregularidade por parte do ECAD, consistente na falta de transparência no cálculo dos valores cobrados pela entidade por ocasião da execução de shows artísticos, bem como, na ausência de servidor do ECAD nos locais dos eventos para efetuar o levantamento do quantitativo de pessoas presentes para o cômputo do valor das taxas, o que resultaria em lançamentos aleatórios desses valores, além de outras pretensas irregularidades. 2. Os elementos de informações colhidos nos autos revelam a falta de justo motivo para a intervenção do Ministério Público, isto porque a relação entre promotores de evento e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (ECAD) não se configura como uma relação de consumo, cabendo ao Ministério da Cultura o papel de arbitrar eventuais conflitos de interesses entre as partes, consoante dispõe o artigo 98, parágrafo 8º da Lei 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000677-1 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000892-1 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000207-1 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001008-2 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000516-1 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000542-4 – SIGILOSO

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000581-7

67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar suposta ofensa por meio de divulgação de mensagens discriminatórias contra nordestinos, conduta esta tipificada no artigo 20, caput, c/c § 2º da Lei nº 7.716/89.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A SUPOSTA DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS DISCRIMINATÓRIAS - INEXISTÊNCIA DE DANOS À COLETIVIDADE APTOS A ENSEJAR A INTERVENÇÃO DESTA INSTITUIÇÃO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta ofensa por meio de divulgação de mensagens discriminatórias contra nordestinos, conduta esta tipificada no artigo 20, caput, c/c § 2º da Lei nº 7.716/89. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, pois os elementos de informação colhidos nos autos apontam a inexistência de dano à coletividade apto a ensejar a atuação, seja extrajudicial ou judicial, do Ministério Público. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000716-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Madcel Madeiras EIRELI-ME

Assunto: Investigar a prática de dano ambiental causado em virtude da prática da conduta criminosa de manter em depósito 46,33 m³ de madeira serrada de diversas espécies florestais sem a cobertura do respectivo documento de origem florestal - DOF.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE – APURAR SUPOSTA MANUTENÇÃO DE MADEIRA SERRADA DE DIVERSAS ESPÉCIES SEM DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF) – PROVIDÊNCIAS TOMADAS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO E CRIMINAL - CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO nº 3/2013/CNMP - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a prática de dano ambiental causado em virtude da prática da conduta criminosa de manter em depósito 46,33 m³ de madeira serrada de diversas espécies florestais sem a cobertura do respectivo documento de origem florestal - DOF. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, considerando que as irregularidades objeto de investigação foram sanadas no curso do procedimento, mediante a atuação administrativa dos órgãos de fiscalização (autuação do Requerido, apreensão de pequena quantidade de madeira e aplicação de multa), aliada à posterior paralisação da atividade empresarial e a atuação do Órgão de Execução na esfera penal acerca dos ilícitos sob exame, situação que se amolda ao teor do Enunciado nº 3/2013 deste E. Conselho Superior. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 55/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual favorecimento da empresa “Mov Flex” nas licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTAS FRAUDES EM LICITAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - FORTES INDÍCIOS DE FAVORECIMENTO À EMPRESA MOV-FLEX – SUBSISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS PERTINENTES À INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de eventual favorecimento da empresa “Mov-Flex” nas licitações realizadas na Prefeitura Municipal de Campo Grande. 2. A análise detida dos autos revela que subsistem motivos para a continuidade das investigações, tendo em vista os elementos de informação colhidos nos autos que erigem fortes indícios de irregularidades, vislumbrando-se a necessidade de empreender novas diligências pertinentes ao feito. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 77/2013 (Sigiloso)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos, após a relatora votar pela não homologação do arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

12. Inquérito Civil nº 16/2012

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de supostas fraudes ocorridas em licitações realizadas pela Prefeitura de Campo Grande, em tese, praticadas por Juarez Falcão (presidente do SINDMAD/MS) com o auxílio de servidores públicos

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTAS FRAUDES EM LICITAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – SUBSISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS AO PRESENTE PROCEDIMENTO - RECONHECIMENTO DA CONTINÊNCIA COM O INQUÉRITO CIVIL Nº 55/2013, QUE POSSUI UM OBJETO QUE ABARCA O ASSUNTO SOB ANÁLISE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de supostas fraudes ocorridas em licitação realizada pela Prefeitura de Campo Grande, em tese, praticadas por Juarez Falcão (presidente do SINDMAD-MS) com auxílio de servidores públicos. 2. A análise detida dos autos revela que subsistem motivos para a continuidade das investigações, ante a existência de fortes indícios de fraude às licitações para a aquisição de móveis no âmbito da Prefeitura Municipal, mormente ante a constatação de que a presente investigação está abarcada pelo Inquérito Civil nº 55/2013, também em trâmite na 29ª Promotoria de Justiça, razão por que restou determinando o reconhecimento da Continência em relação aos procedimentos, nos termos do Enunciado nº 20 deste E. Conselho Superior do Ministério Público. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 11/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na gestão pública no município de Douradina/MS, sobretudo na aquisição de combustível e na prática de nepotismo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AQUISIÇÃO DISPENDIOSA DE COMBUSTÍVEL – PRÁTICA DE NEPOTISMO PELO GESTOR MUNICIPAL – NÃO CONSTATAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades ocorridas na gestão pública do Município de Douradina, sobretudo na aquisição de combustível e na prática de nepotismo. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que não restou comprovado o dispendioso gasto com combustível por parte da Prefeitura de Douradina, aliado a não caracterização de nepotismo no ato de nomeação de Maria Aparecida Vitorino Freire para o cargo de Secretária de Assistência Social, por consistir em cargo de natureza política. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 13/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Coopaer e o Prefeito Municipal de Paranhos/MS

Assunto: Apurar delação formulada pelo Vereador Hélio Ramão Acosta de que o município de Paranhos-MS teria firmado contrato com a COOPAER (Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio) para a realização de cursos na Secretaria Municipal de Assistência Social. No entanto, após o pagamento de mais de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) à cooperativa, os cursos não foram realizados, fatos que denotam, em tese, a prática de improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA COOPAER PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANHOS – ELEMENTOS DE INFORMAÇÕES JUNTADOS AOS AUTOS COMPROVAM A ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E A EFETIVA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO – NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DILIGÊNCIAS

SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a denúncia formulada pelo vereador Hélio Ramão Acosta de que o Município de Paranhos/MS teria firmado contrato com a COOPAER, para a realização de cursos na Secretaria Municipal de Assistência Social, no entanto após o pagamento de mais de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) à cooperativa, os cursos não foram realizados, fatos que denotam a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, pois os elementos comprobatórios juntados aos autos afastam a suposta prática de ato ímprobo por parte Prefeitura Municipal de Paranhos, constatando-se a regularidade do procedimento licitatório e a adequada execução do Contrato Administrativo a ele vinculado. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 3/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de prática de ato de improbidade administrativa, por ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a partir das irregularidades constatadas no relatório de auditoria nº 15369 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE E EFICIÊNCIA A PARTIR DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS – DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a notícia de prática de ato de improbidade administrativa, por ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a partir das irregularidades constatadas no relatório de auditoria nº 15.369 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS. 2. A análise detida dos autos revela a subsistência de motivos para a continuidade das investigações, tendo em vista os elementos de informação colhidos nos autos que erigem indícios de irregularidade, vislumbrando-se a necessidade de empreender novas diligências pertinentes ao feito. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 50/2011 (Sigiloso)

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 9/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Habib Rezek Júnior

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Porto Oculto, que margeia o Rio Amambai, localizada neste Município, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA PORTO OCULTO LOCALIZADA EM ITAQUIRAI - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental da Fazenda Porto Oculto, que margeia o Rio Amambai, localizada neste município, de propriedade de Habib Rezek Júnior, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. 2. A análise dos autos revela a necessidade de continuidade das investigações, porquanto é inviável a homologação de promoção de arquivamento quando constatado dano ambiental, ainda que comprovada a inscrição da propriedade rural no CAR-MS e a apresentação de PRADA junto ao IMASUL, sem que haja a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta prevendo a reparação ou indenização do dano. Esse é o entendimento deste E. Conselho Superior, consagrado no Enunciado nº 10/2017. Além disso, não há nos autos prova quanto à regularidade da pista de pouso e dos poços tubulares encontrados na propriedade, sendo imperioso o esclarecimento desses pontos controvertidos. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 19/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar irregularidades nas obras do CEINF São João.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DENÚNCIA ANÔNIMA – SUPOSTA IRREGULARIDADE EM OBRA NO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO – CONSTRUÇÃO DO CEINF SÃO JOÃO - SUBSISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS PERTINENTES A INVESTIGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidades nas obras do CEINF São João, em Ribas do Rio Pardo. 2. Após a análise detida dos autos se abstrai que não deve ser homologada a presente promoção de arquivamento, considerando a existência de algumas inconsistências na execução da obra sob exame, subsistindo, portanto, diligências pertinentes à investigação, a fim de que sejam esclarecidos os pontos controvertidos nos autos. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 73/2015 (Sigiloso)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 2/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeito Municipal de Nioaque/MS, Gerson Garcia Serpa e o Secretário Municipal de Finanças de Nioaque/MS Aparecido Milton Borregio

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa em razão da orientação aos servidores públicos municipais para que realizem empréstimo em nome próprio para receberem seus salários em atraso, sob o argumento de que o Executivo Municipal fará o pagamento aos bancos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA ORIENTAÇÃO DA PREFEITURA PARA QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONTRAÍSSEM EMPRÉSTIMOS EM NOME PRÓPRIO PARA A PERCEPÇÃO DE SALÁRIOS – NÃO CARACTERIZAÇÃO DE PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta orientação da Prefeitura Municipal de Nioaque para que os servidores públicos municipais contraíssem empréstimos em nome próprio para o recebimento de seus salários, sob o argumento de que o Executivo Municipal se responsabilizaria pelo respectivo pagamento. 2. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, já que a medida tomada pelo Prefeito Municipal de Nioaque, embora inadequada, visou a circulação de recursos financeiros e a percepção célere dos salários pelos servidores públicos municipais, aliada a não aferição de danos ao erário. Nessa perspectiva, cabe destacar que não há como apontar ao gestor público a prática de ato de improbidade administrativa, mormente ante a não aferição da intenção de subversão da finalidade administrativa, mediante dolo ou má-fé, consoante entendimento jurisprudencial pátrio. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

21. Inquérito Civil nº 62/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nascente (parte), de propriedade de Odil Pereira Campos Filho e sua mulher Veronice Link Pereira Campos

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processos erosivos que causam degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do córrego Fortaleza.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – CÓRREGO FORTALEZA – SUBSISTÊNCIA DE PONTO CONTROVERTIDO NOS AUTOS - SUPOSTA OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a existência de danos ambientais na propriedade Fazenda Nascente, como degradação de área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a inexistência de processo erosivo que causa a degradação do solo e se a

propriedade contribui para o assoreamento do Córrego Fortaleza. 2. A análise detida dos autos revela a subsistência de motivos para a continuidade das investigações, pois, com base cotejo entre o Laudo Pericial elaborado pelo IMASUL e as ponderações tecidas por Engenheiro Agrônomo contratado pelo Requerido, vislumbra-se ponto controvertido nos autos quanto à existência de curso hídrico e a ocorrência de danos ambientais na propriedade rural sob análise, sendo, portanto, necessária a continuidade das investigações para que a divergência seja dirimida. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

22. Inquérito Civil nº 10/2014

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade e a suficiência do Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITOS HUMANOS – APURAR A REGULARIDADE E SUFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade e a suficiência do Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência em Campo Grande. 2. É inviável o arquivamento do feito com base apenas nas ponderações da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), impondo-se a continuidade das investigações para que sejam colhidas provas quanto à efetivação das providências narradas pela instituição, as quais culminarão na regularidade e suficiência do serviço público sob análise. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000695-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual prejuízo público e social nas supostas irregularidades no funcionamento e estrutura do Serviços de Inspeção Municipal de Bonito (SIMB).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BONITO - APURAÇÃO DE EVENTUAL PREJUÍZO PÚBLICO E SOCIAL NAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE BONITO (SIMB) – NÃO COMPROVAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO AOS INTERESSES PÚBLICOS TUTELADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promove-se o arquivamento de Inquérito Civil, no qual, por meio de diligências investigatórias do Órgão Ministerial, não restou comprovado qualquer prejuízo público e social no funcionamento e na estrutura do Serviços de Inspeção Municipal de Bonito, inexistindo assim lesão a interesse público a ser tutelado pelo Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil n. 06.2017.00000165-4 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil n. 06.2017.00000855-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais injuridicidades das nomeações de Paulo Almeida e Deiry Jeanni Clavisso Fogaça para ocuparem, respectivamente, os cargos de Secretário de Administração e Finanças e Superintendente de Cultura consistentes em possíveis práticas de nepotismo

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADINA – APURAÇÃO DE DENÚNCIA ANÔNIMA RELATANDO CASOS DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 13 DO STF – DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - CUMPRIMENTO INTEGRAL DE

RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - EXONERAÇÃO DOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Quando as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução são suficientes para solucionar o relato anônimo de casos de nepotismo no âmbito da Administração Municipal, notadamente a expedição de Recomendação do Parquet, determinando a exoneração dos ocupantes de cargos em comissão, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida que se impõe, em razão do exaurimento de seu objeto, diante da atuação resolutiva ministerial dada com o cumprimento dos termos outrora recomendados.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 2/2009

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar irregularidades no atendimento psicológico pela Secretaria Municipal de Saúde.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MUNICÍPIO DE IVINHEMA – PRECARIÉDADA NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO IDÊNTICO COM NUMERAÇÃO ERRÔNEA ANTERIOR ABERTA POR EQUÍVOCO APENAS NO SISTEMA CIC - IDENTIDADE DE PARTES E OBJETO – BIS IN IDEM – FEITO ANTERIOR ARQUIVADO E HOMOLOGADO NO ANO DE 2011 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Homologa-se o arquivamento do Inquérito Civil no qual restou aberto em duplicidade, por equívoco, apenas no sistema CIC, para apurar a situação precária no atendimento psicológico de crianças e adolescentes no Município de Ivinhema, eis que verificada, no decorrer de correição ordinária, que nele não se praticou qualquer ato concreto de impulso processual, em face da existência de procedimento investigatório com numeração posterior com o mesmo fim, já arquivado e homologado pelo CSMP em longínqua data de 2011, tratando-se até mesmo de numeração aleatória lançada por servidora que já não mais pertence aos quadros da instituição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 1/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerentes: Iran Alves Rezende e José Luiz de Souza

Requeridos: Luzia Eliete Flores Louveira da Cunha e Thales Insabralde Leite

Assunto: Investigar denúncia de que o vereador Thales Leite, tem reiteradamente faltado às reuniões da Câmara Municipal, sem que nenhuma providência seja tomada pela presidente da Câmara Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA – APURAÇÃO DE AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS DE EDIL EM REUNIÕES E SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL – MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INVESTIGADA DEVIDAMENTE TOMADAS PELA PRESIDÊNCIA DA CASA DE LEIS – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES COMETIDAS POR EX-VEREADORA – ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO ESTADUAL COM CARGO ELETIVO MUNICIPAL – COMPETÊNCIA DE UMA DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE CAMPO GRANDE – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA INDEPENDENTEMENTE DE HOMOLOGAÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 15/2017/CSMP. 1 – Escorrito o arquivamento do procedimento de investigação quando após promovidas diligências, constata-se que penalidades foram aplicadas pela Presidência da Casa de Leis em relação às ausências não justificadas de edil em sessões e comissões, com a restituição do numerário recebido irregularmente. 2 – Correta a remessa dos autos à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital para providências, quando a investigação se dá em face de servidor, que, não obstante haver se desincompatibilizado do cargo público, continua recebendo sua remuneração junto ao Estado. Inteligência do art. 2º da Lei 7347/85, art. 93 do CDC, Decreto Estadual P 996, de 11 de março de 2013 e Enunciado 15/2017/CSMP.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital para providências, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000545-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar suposta violação aos impedimentos estabelecidos no artigo 140 do ECA, relativamente a Conselheiros Tutelares em exercício no referido órgão no Município de Dois Irmãos do Buriti.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000460-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000658-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Leandra Lima Benitez

Assunto: Apurar suposta conduta ímproba da servidora pública Leandra Lima Benitez, consistente em realizar campanha política no interior de prédio público.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000125-8

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar as vistorias realizadas pelo DETRAN/MS nos veículos de transporte escolar de Itaquiraí, assim como averiguar possíveis irregularidades quanto às normas de trânsito e transporte, especialmente em relação às condições de segurança, higiene, e conforto para as crianças e adolescentes que dele se utilizam.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000294-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodópolis

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000649-7

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar criação irregular, na área urbana do município de Bonito/MS, de animais e eventual omissão da vigilância sanitária no que tange à fiscalização e cumprimento do código de posturas.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000953-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar representação acerca de eventual utilização de maquinário e funcionário da UEMS por parte de servidor público.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001918-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de degradação ambiental às margens do Rio Taquari.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002358-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e do Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto de Combustível Fort Oil

Assunto: Apurar questões relativas à infraestrutura de auto posto de combustível em construção, na comarca de Três Lagoas, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes da Resolução nº 38, CONTRAN, de 21 de maio de 1998.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

10. Inquérito Civil nº 12/2012

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar se a equipe de profissionais (médicos e enfermeiros) que trabalham na UTI do Hospital Dr. Estácio Muniz, supre as exigências estabelecidas nas normas de urgência.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

11. Inquérito Civil nº 9/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerentes: Denúncia anônima e Ouvidoria/MPE

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Investigar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana não vem cumprindo satisfatoriamente as leis da transparência e de acesso à informação.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

12. Inquérito Civil nº 7/2014

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ausência de sinalização, dispositivos e equipamentos de controle viário, bem como de fiscalização de trânsito no município de Amambai/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

13. Inquérito Civil nº 15/2014

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imasul

Assunto: Apurar a situação ambiental do córrego Cabeceira Bom Jardim e a efetividade da fiscalização empreendida pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

14. Inquérito Civil nº 11/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da extração mineral de areia sem o devido licenciamento ambiental.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001373-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de poluição sonora promovida pelo empreendimento denominado “Mitto Pub Night” & “Bar Da Mito”, localizado em Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE POLUIÇÃO SONORA PROMOVIDA PELO EMPREENDIMENTO DENOMINADO "MITTO PUB NIGHT" & "BAR DA MITO", LOCALIZADO EM COXIM/MS - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente inquérito civil, verificou-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas, tendo em vista que os fatos relatados na denúncia anônima não restaram confirmados,

uma vez que conforme os relatórios técnicos, a emissão de sons e ruídos no local não ultrapassa o valor permitido pela legislação vigente, assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001026-8 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2015.00000205-6 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002010-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Paranhos/MS e Rufino 7 Coli Ltda. EPP

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade no processo administrativo que deu origem ao contrato administrativo n.º 58/2017, para contratação de empresas destinadas à aquisição de carne e refrigerante para distribuição gratuita às famílias indígenas do município de Paranhos/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR DENÚNCIA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE DEU ORIGEM AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 58/2017, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DESTINADAS À AQUISIÇÃO DE CARNE E REFRIGERANTE PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS FAMÍLIAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE PARANHOS/MS INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, as irregularidades apontadas pela denúncia anônima não se confirmaram, uma vez que restou demonstrado que o Processo Administrativo nº 33/2017, o Pregão Presencial nº 27/2017 e o Contrato Administrativo nº 58/2017 ocorreram de forma regular, bem como que não houve superfaturamento dos bens licitados, bem como que os mesmos foram entregues para a comemoração do Dia do Índio às aldeias indígenas pertencentes ao município de Paranhos/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001217-0

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: Apurar a idoneidade jurídica e científica do procedimento de instalação de Redes de Alta Tensão em bairros residenciais de Dourados/MS,

especialmente quanto aos impactos trazidos à saúde dos consumidores e medidas preventivas para fixar, de forma contínua, os níveis de radiações magnéticas e eletromagnéticas dentro dos limites fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, e pela Organização Mundial de Saúde OMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A IDONEIDADE JURÍDICA E CIENTÍFICA DO PROCEDIMENTO DE INSTALAÇÃO DE REDES DE ALTA TENSÃO EM BAIRROS RESIDENCIAIS DE DOURADOS/MS, ESPECIALMENTE QUANTO AOS IMPACTOS TRAZIDOS À SAÚDE DOS CONSUMIDORES E MEDIDAS PREVENTIVAS PARA FIXAR, DE FORMA CONTÍNUA, OS NÍVEIS DE RADIAÇÕES MAGNÉTICAS E ELETROMAGNÉTICAS DENTRO DOS LIMITES FIXADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA ANEEL, E PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - A SEREM SANADAS PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a instalação de Redes de Alta Tensão no município de Dourados/MS estão de acordo com a legislação pertinente, não apresentando danos à saúde da população, uma vez que os níveis de radiações magnéticas e eletromagnéticas estão em conformidade com os valores fixados na Resolução Normativa nº 398/2010, estabelecidas pela Comissão Internacional de Proteção Contra Radiação Não Ionizante – ICNIRP e recomendadas pela Organização Mundial da Saúde OMS. Outrossim, cumpre salientar que a ANEEL realizou medição nos dias 29 e 30 de novembro de 2017, concluindo-se que a Subestação Dourados Maxwell, a Subestação Dourados das Nações, bem como a Subestação Dourados Santa Cruz estavam com valores inferiores ao

estipulado pela legislação, tudo em observância ao estabelecido pela Resolução Normativa nº 398/2010. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002079-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL e Proprietários

Assunto: Acompanhar a atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnósticos de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, em relação aos Imóveis Rurais em que não foram constatadas construções em área de APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COLETIVO ACOMPANHAR A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL EM RELAÇÃO À RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS QUE FORAM OBJETO DE DIAGNÓSTICOS DE PROPRIEDADES AO LONGO DO RIO AQUIDAUANA, EM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS RURAIS EM QUE NÃO FORAM CONSTATADAS - CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE APP - OBJETO ESGOTADO - OBSERVÂNCIA AOS ENUNCIADOS Nº 11 E 17 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que o objeto do feito está esgotado, porquanto os proprietários dos imóveis rurais, constantes nas fichas cadastrais 196, 203, 218, 750, 873, 972, 1.108, 1.144, e 1.156, apresentaram a documentação solicitada, quais sejam, Cadastro Ambiental Rural CAR, o Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada PRADA e o Termo de Compromisso, sanando as irregularidades inicialmente constatadas nos termos do Enunciado nº 11 do CSMP, merecendo ser homologada a promoção de arquivamento com relação a estes proprietários que regularizaram suas propriedades. Por sua vez, no que se refere aos proprietários que não comprovaram a regularidade ambiental dos imóveis rurais, ensejando, inclusive, o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas em desfavor dos mesmos, não há que se falar em arquivamento. Com efeito, a segunda parte do Enunciado nº 17 do Conselho

Superior do Ministério Público Estadual estabelece que, nos procedimentos coletivos em que há o ajuizamento de ação judicial com relação a apenas uma parte dos investigados, como é o caso dos autos, o Promotor de Justiça deverá promover o arquivamento parcial, tão somente no tocante à parte excluída da ação judicial. Assim, verifica-se que ocorreu nos autos a hipótese de arquivamento parcial, especialmente por terem sido sanadas as irregularidades com relação a uma parte dos imóveis rurais e ajuizadas ações cíveis públicas em face dos demais, nos termos do supracitado Enunciado nº 17. Desse modo, como o presente Inquérito Civil serve para instruir a Ação Civil Pública em desfavor dos proprietários que não apresentaram a documentação para a regularização de suas propriedades, deverá, no caso em apreço, ser observado o que estabelece o art. 12, § 2º, da Resolução nº 14/2017-CPJ, sendo mantidos os originais físicos de documentos digitalizados para fins de instrução no órgão de execução pelo prazo previsto no artigo 11, § 3º da Lei nº 11.419/2006. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento de forma parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 12/2003 - Anexo 71

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleiton Eustáquio Rocha

Assunto: Apurar atual inexistência de mata ciliar e/ou averbação da Reserva Legal nas propriedades localizadas às margens do Rio Formoso, bem assim pela realização de atividade em áreas de Preservação Permanente em desacordo com a legislação ambiental e eventuais danos ambientais ocorridos nas referidas propriedades.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR ATUAL INEXISTÊNCIA DE MATA CILIAR E/OU AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS ÀS MARGENS DO RIO FORMOSO, BEM ASSIM PELA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS OCORRIDOS NAS REFERIDAS PROPRIEDADES – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o compromissário, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou

Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00001871-6 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 14/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade pela eventual prática de dano ao meio ambiente, ocorrido na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida, em razão da descaracterização de cobertura vegetal pela permanência de animais de cultura agropecuária em área de preservação permanente, também demarcada como Reserva Legal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A RESPONSABILIDADE PELA EVENTUAL PRÁTICA DE DANO AO MEIO AMBIENTE, OCORRIDO NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA, EM RAZÃO DA DESCARACTERIZAÇÃO DE COBERTURA VEGETAL PELA PERMANÊNCIA DE ANIMAIS DE CULTURA AGROPECUÁRIA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, TAMBÉM DEMARCADA COMO RESERVA LEGAL – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está esgotado, porquanto a área de preservação permanente da Fazenda Nossa Senhora Aparecida foi devidamente isolada, não sendo constatada a presença de animais em seu interior, bem como que está sendo aplicada a técnica de regeneração natural, estando, portanto, de acordo com a legislação ambiental vigente. Ademais, observa-se que a propriedade rural foi inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CARMS0009958). Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 15/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdir José Zorzo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, eventual extração e depósito ilegal de madeiras de lei, eventuais danos ocorridos em razão da intervenção para alteração do curso d'água, destruição de mata ciliar considerada área de preservação permanente para a construção de 12 tanques para piscicultura e quiosque, sem licenciamento ambiental, bem como ausência de autorização ambiental para a atividade de aquicultura de engorda de peixe e camarão, na fazenda Amambai, neste Município de Nova Alvorada do Sul/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, EVENTUAL EXTRAÇÃO E DEPÓSITO ILEGAL DE MADEIRAS DE LEI, EVENTUAIS DANOS OCORRIDOS EM RAZÃO DA INTERVENÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO CURSO D'ÁGUA, DESTRUIÇÃO DE MATA CILIAR CONSIDERADA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE 12 TANQUES PARA PISCICULTURA E QUIOSQUE, SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL, BEM COMO AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA A ATIVIDADE DE AQUICULTURA DE ENGORDA DE PEIXE E CAMARÃO, NA FAZENDA AMAMBAI, NESTE MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PJ – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que irá instaurar Procedimento Administrativo para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000109-0 – SIGILOS

Procuradoria-Geral de Justiça

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000349-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida pelo Município de Itaporã/MS nos Pregões Presenciais nº 031/2015 e 032/2015, em que a empresa Stock Comercial Hospitalar Ltda foi indevidamente retirada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - APURAR IRREGULARIDADE COMETIDA PELO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ NOS PREGÕES PRESENCIAIS N. 031/2015 E 032/2015 EM QUE A EMPRESA STOCK COMERCIAL HOSPITALAR FOI INDEVIDAMENTE RETIRADA - NÃO COMPROVADA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos, que as irregularidades apontadas na denúncia não restaram comprovadas nos autos, pois o procedimento licitatório foi realizado dentro dos limites legais, não sendo constatada a prática de ato de improbidade administrativa. Portanto, falta justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000750-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa na realização de concurso público para Procurador do Poder Legislativo de Itaporã/MS, noticiada por meio da denúncia nº 11.2015.00001151-0, realizada junto a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO PODER LEGISLATIVO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO ENUNCIADO Nº 14/2017 CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, tendo em vista que não restou comprovado nos autos irregularidade na realização de concurso público para Procurador Jurídico do Poder Legislativo de Itaporã/MS. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000172-8

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta violação à ordem de preferência no atendimento das pessoas com deficiência junto às empresas de vistoria e identificação veicular credenciadas pelo DETRAN/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DIREITOS HUMANOS COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SUPOSTA VIOLAÇÃO À ORDEM DE PREFERÊNCIA NO ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA JUNTO ÀS EMPRESAS DE VISTORIA E IDENTIFICAÇÃO VEICULAR CREDENCIADAS PELO DETRAN - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a irregularidade foi sanada, pois o Departamento de Trânsito Estadual - DETRAN/MS encaminhou relatório fotográfico comprovando que as empresas de vistoria e identificação veicular credenciadas colocaram placas de aviso de atendimento prioritário em suas dependências. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000158-0

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos dos usuários consumidores em razão do horário de funcionamento dos serviços públicos de Administração, Manutenção e Operação das Áreas destinadas ao Estacionamento Rotativo Pago de Veículos Automotores.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR POSSÍVEL PREJUDICIALIDADE AOS DIREITOS DOS USUÁRIOS CONSUMIDORES EM RAZÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS ÁREAS DESTINADAS AO ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que foi ajuizada Ação Civil Pública com o mesmo objeto dos autos pela Associação Pátria Brasil em face da Metropark Administração Ltda e da Agência Municipal de Transporte e Trânsito. Ação que possui intervenção obrigatória do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 178, inciso I do CPC. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001042-7 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001477-8

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca Cola - FEMSA

Assunto: Averiguar a responsabilidade civil da empresa SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca-Cola, quanto à venda de mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA SPAL INDÚSTRIA DE BEBIDAS - QUANTO À VENDA DE MERCADORIA IMPRÓPRIA AO CONSUMO - CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIA SATISFATÓRIAS - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o estabelecimento encontra-se em condições higiênico-sanitária satisfatórias, portanto as irregularidades apontadas inicialmente não foram comprovadas nos autos. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2015.00000089-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas a contratação de servidora, bem como ao atendimento por meio da classificação de risco no Hospital Regional de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA E ATENDIMENTO POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NO HOSPITAL REGIONAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades na contratação da técnica de enfermagem, bem como não restou comprovado o favorecimento nos atendimentos a pacientes do Hospital Regional de Nova Andradina. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001196-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aprorio Associação de Proprietários de Casas de Veraneio do Vale do Rio Ivinhema.

Assunto: Apurar a licitude do objeto da Associação de Proprietários de Casas de Veraneios do Vale do Rio Ivinhema (Aprorio).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IVINHEMA - APURAR A LICITUDE DO OBJETO DA ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE CASAS DE VERANEIO DO VALE DO RIO IVINHEMA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE FINALIDADE ILÍCITA - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se a ausência de elementos fáticos que demonstrem a finalidade ilícita da Associação de Proprietários de Casas de Veraneio do Vale do Rio de Ivinhema (Aprorio) capaz de ensejar eventual ação de dissolução. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de Arquivamento homologada. *Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000163-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerentes: Geraldo Rezende Pereira e Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Dourados, Sebastião Nogueira Faria, Hospital dos Olhos de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades, consistentes no suposto desvio de finalidade de recursos repassados ao Município de Dourados pelo Governo o Estado, para a realização de procedimentos cirúrgicos de facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável (cataratas).

EMENTA: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR IRREGULARIDADES CONSISTENTES NO SUPOSTO DESVIO DE FINALIDADE DE RECURSOS REPASSADOS AO MUNICÍPIO DE DOURADOS PELO GOVERNO DO ESTADO PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS - OBJETO DE INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL ARQUIVADO – IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o objeto de investigação do presente feito, foi apurado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2016.00000841-0, o qual teve a promoção de arquivamento homologada pelo Colendo Conselho Superior do Ministério Público. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001387-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Quimisul Produtos para Limpeza EIRELI EPP, Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais fraudes em licitações, por parte da empresa QUIMISUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - DENÚNCIA ANÔNIMA – APURAR EVENTUAIS FRAUDES EM LICITAÇÕES POR PARTE DA EMPRESA QUIMISUL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, tendo em vista que não restou comprovada irregularidade no procedimento licitatório que teve como vencedora a empresa Quimisul. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00001260-7

9ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a precariedade das instalações e estrutura predial do Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR A PRECARIEDADE DAS INSTALAÇÕES E ESTRUTURA PREDIAL DO ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO, ABERTO E ASSISTÊNCIA AO ALBERGADO - DESATIVAÇÃO DA UNIDADE PENAL - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Três Lagoas/MS encontra-se desativado, ocorrendo, portanto, a perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00002120-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Moreno Área Desmembrada 01, em razão da supressão de 80,0265 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE BONITO APURAR IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA MORENO EM RAZÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA RELATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO VEGETAL - IRREGULARIDADE AMBIENTAL NÃO COMPROVADA PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Polícia Militar Ambiental realizou vistoria no local e constatou que o proprietário possuía Autorização Ambiental para Supressão Vegetal n. 939/2016, que permite a supressão de 119,3393 hectares. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 06.2017.00002224-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Sussumu Endo

Assunto: Apurar o desmate irregular de 0,0680 ha de vegetação em área de preservação permanente, na propriedade conhecida como “Fazenda Passo do Jabuti”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATE IRREGULAR DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA FAZENDA PASSO DO JABUTI - TAC CELEBRADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000054-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Chapadão, de propriedade da Abba Administração de Bens e Investimentos Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IGUATEMI - MEIO AMBIENTE - APURAR OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA FAZENDA CHAPADÃO - TAC CELEBRADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001051-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Paranaíba em promover a adequação da mobilidade urbana na Rua do Centro de Educação Infantil Caio Silva Beviláqua.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO EM PROMOVER A ADEQUAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA - TAC CELEBRADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00001292-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Obras

Assunto: Apurar possível negligência da autoridade pública municipal quanto ao dever de zelar pela correta ocupação do solo urbano com respeito às normas de proteção da saúde pública e omissão no exercício do Poder de Polícia, bem como eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR POSSÍVEL NEGLIGÊNCIA DA AUTORIDADE PÚBLICA MUNICIPAL QUANTO AO DEVER DE ZELAR PELA CORRETA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E OMISSÃO NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o município de Coxim realizou a limpeza do imóvel, portanto cumpriu a legislação municipal e ambiental vigente. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 06.2018.00001477-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delcio Guzzi

Assunto: Apurar a poluição causada pelo lançamento irregular de resíduos provenientes da atividade de suinocultura, realizada na Fazenda Água Branca, de propriedade de Delcio Guzzi, localizada no município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MEIO AMBIENTE - APURAR POLUIÇÃO CAUSADA PELO LANÇAMENTO IRREGULAR DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DE SUINOCULTURA REALIZADA NA FAZENDA ÁGUA BRANCA - TAC CELEBRADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 06.2018.00001699-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na administração financeira do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Corguinho/MS no ano de 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO NEGRO - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE CORGUINHO MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a irregularidade foi sanada, pois o Município de Corguinho restabeleceu o atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001791-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Greta Wille Schnak

Assunto: Apurar suposto exercício irregular de função pública por parte da psicóloga concursada do Município de Chapadão do Sul e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - APURAR SUPOSTO EXERCÍCIO IRREGULAR DE FUNÇÃO PÚBLICA POR PARTE DA PSICÓLOGA CONCURSADA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que a irregularidade quanto ao cumprimento de jornada de trabalho pela psicóloga foi sanada. Desse modo, não restou comprovado ato de improbidade administrativa por parte do Poder Executivo Municipal e da servidora pública, de modo que falta justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

21. Inquérito Civil nº 06.2018.00001845-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

22. Inquérito Civil nº 06.2018.00000181-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: José Aparecido dos Santos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades administrativas na doação de um imóvel localizado na quadra 15, do lote 22, do bairro Jardim Paraíso IV, em continuação às investigações desenvolvidas nos autos de Procedimento Preparatório nº 70/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS NA DOAÇÃO DE UM IMÓVEL PÚBLICO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia carece de verossimilhança, pois não restou comprovado nos autos doação irregular por parte do Município de Naviraí. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

b. Processo:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002447-3 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

Campo Grande, 18 de dezembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária Substituta do Conselho Superior do MP

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 28/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 28/2018, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n. 503/2018/Sead-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 26.12.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 19.12.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 28/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Setor de Contratos		Órgão / Setor- Setor Contratos	
TIPO DOCUMENTAL NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
-Vias de Termos de Convênios; -Vias de Termos Aditivos; -Vias de Convênio; -Vias de Termos de Encerramento.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 28/2018.	Exercício 1996	Exercício 2005

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos

EDITAL Nº 29/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 29/2018, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n. 534/2018/Sead-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 26.12.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 19.12.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 29/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Setor de Contratos		Órgão / Setor- Setor Contratos	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Contratos encerrados 2011, Ofícios 2013 e 2014 - Vias de contratos e renovação de contrato - Vias de Parecer; - Memorando e Ofícios;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 29/2018.	Exercício 2011	Exercício 2014

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/PGJ/2018 – UASG 453860

Homologado o resultado da licitação Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/3958/2018).

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora: Brasitur Eventos e Turismo Ltda. para o item 1, no valor unitário de R\$ 0,01, e para o item 2, no valor unitário de R\$ 0,01, pela prestação do serviço de agenciamento de viagens.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 18 de dezembro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 52/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/3875/2018).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos para expansão de sistema de comunicação (servidor, bastidor remoto, terminal IP, etc.) incluindo serviços de instalação e suporte, para atender ao Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda. para os lotes I - total R\$ 610.000,00 (valores unitários por item: 1.1 – R\$ 63.350,00, 1.2 – R\$ 134.280,00, 1.3 – R\$ 81.380,00, 1.4 – R\$ 44.100,00, 1.5 – R\$ 259.760,00 e 1.6 – R\$ 27.130,00); II – total R\$ 19.000,00 (valores unitários por item: 2.1 – R\$ 16.614,00 e 2.2 – R\$ 2.386,00); III – total R\$ 17.400,00 (valores unitários por item: 3.1 – R\$ 15.024,00 e 3.2 – R\$ 2.376,00); IV – total R\$ 705,00 (valores unitários por item: 4.1 – R\$ 692,00 e 4.2 – R\$ 13,00); V – total R\$ 1.250,00 (valores unitários por item: 5.1 – R\$ 1.237,00 e 5.2 – R\$ 13,00); VI – total R\$ 2.999,00 (valores unitários por item: 6.1 – R\$ 2.986,00 e 6.2 – R\$ 13,00); VII – total R\$ 2.420,00 (valores unitários por item: 7.1 – R\$ 2.407,00 e 7.2 – R\$ 13,00); VIII – R\$ 61,00 (item único); IX – R\$ 310,00 (item único); X – R\$ 502,00 (item único); XI – R\$ 535,00 (item único) e XV – R\$ 310.000,00 (item único) e Netware Telecomunicações e Informática Eireli - EPP para os lotes XII - R\$ 257,50 (item único); XIII - R\$ 543,00 (item único) e XIV total - R\$ 29.195,00 (valores unitários por item: 14.1 – R\$ 26.950,00 e 14.2 – R\$ 2.245,00).

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 18 de dezembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ, em substituição

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 50/PGJ/2018 - SRP - Processo n.º PGJ/10/3832/2018.

Objeto: Registro de Preços objetivando eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora/Preços Registrados: A Ant Chamas Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. – ME, para o lote único: itens: 1 (R\$23,00); 2 (R\$28,52); 3 (R\$45,08); 4 (R\$20,24); 5 (R\$55,20); 6 (R\$36,80); 7 (R\$45,08); 8 (R\$4,60); 9 (R\$8,28); 10 (R\$19,32); 11 (R\$17,48); 12 (R\$44,16); 13 (R\$8,28); 14 (R\$2,76); 15 (R\$7,36); 16 (R\$3,68); 17 (R\$1,84); 18 (R\$0,92); 19 (R\$4,60); 20 (R 4,60); 21 (R\$4,60); 22 (R\$4,60); 23 (R\$4,60) e 24 (R\$ 4,60).

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 18 de dezembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

em substituição

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 - PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE TRÊS LAGOAS, representada pela Diretora – Leonice Miranda Rocha Guarini.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 06 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 - PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PATRONATO PENITENCIÁRIO DE TRÊS LAGOAS, representada pela Diretora – Érica Ferreira da Silva.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 03 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 - PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA DE TRÊS LAGOAS, representada pelo Diretor – Raul Augusto Aparecido Sá Ramalho.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 03 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 - PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário UNIDADE REGIONAL DE PERÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO DE TRÊS LAGOAS, representada pela Chefe – Margarise Cristiane Noronha de Brito.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 04 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 3ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA DE TRÊS LAGOAS, representada pelo Comandante – Rafael Salgado da Silva.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 03 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TRÊS LAGOAS, representada pelo Comandante – James Magno Moraes Silveira

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 05 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS LAGOAS, representada pelo Presidente – Luiz Fausto Rodrigues.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 04 unidades

Data: 07.11.2018.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3493/2017 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO E ASSISTÊNCIA AS ALBERGADAS DE TRÊS LAGOAS, representada pela Diretora – Marcela Dias Maio Alencar.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 06 unidades

Data: 07.11.2018.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**EDITAL N° 019/2018/PJ DE DOURADOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução n° 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça n° 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar n° 133, de 15 de abril de 2009, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, homologado em 17 de outubro de 2017, uma vez que tais candidatos(as) não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Edital n° 005/2017/PJ de Dourados, de 13 de novembro de 2017, publicado no DOMP-MS n° 1624, de 14 de novembro de 2017.

NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Mirella Santos de Sá	25º
Luiz Henrique Espindula Jongo	26º
Taissa Azambuja Bronel	27º
Thayane Maria Capoano Benício	28º
Gean Caetano de Moura	29º
Antony Saldanha Gonçalves	32º
Polyana Fazioni Silva	33º
Giovana Trombini Xavier	34º
Matheus Gabriel Simões Ferreira	35º
Tamires Alves Rodrigues	36º
Cauane Bitencuert Guerreiro	37º

Dourados, 19 de dezembro de 2018.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR

Promotor de Justiça

Supervisor das Promotorias de Justiça

Cíveis e Especializadas de Dourados

EDITAL Nº 020/2018/PJ DE DOURADOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, objeto do Edital nº 004/2017/PJ de Dourados, de 25 de setembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1596, de 28 de setembro de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados.

NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Leonan Luiz Pereira Santos	38º
Lucas Gomes Ozório	39º
Lara Araujo de Lima Henriques	40º
Laura Beatriz Thomazini Klem Marques	41º
Aliciene Gonçalves Batista	43º
Évellyn Andressa da Silva	44º
Milene Santos de Sá	45º
Enzo Marques Vanini Dutra	46º
Vitor Mantovani Maciel de Almeida	47º
Heloisa da Silva Reis Oliveira	48º
Larissa Souza Soares	49º

*candidato da cota de negros

**candidato da cota de pessoa com deficiência

***candidato da cota de indígena

Dourados, 19 de dezembro de 2018.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR

Promotor de Justiça

Supervisor das Promotorias de Justiça

Cíveis e Especializadas de Dourados

ANEXO ÚNICO**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/PGJ/2018.**

Processo nº PGJ/10/3518/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **BRILHAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI-EPP**, representada por **Andre Alves Pereira**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 43/PGJ/2018.

Amparo legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de jardinagem, de modo continuado, compreendendo a manutenção, reforma e limpeza de áreas verdes, bem como jardins internos e externos, vasos com plantas ornamentais e áreas não urbanizadas de 5 (cinco) unidades do MPMS, incluindo mão-de-obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e insumos, e o emprego de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

Valor mensal da contratação: R\$ 304.650,00 (trezentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006256, de 12.12.2018.

Vigência: 17.12.2018 a 17.12.2019.

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Justiça *em exercício*, **HUMBERTO DE MATOS BRITTES**; e **BANCO SAFRA S/A**, neste ato representado por **MARCELO RIBEIRO XISTO**; e por **CARLOS EDUARDO GUADALUPE RIBEIRO**

Processo: PGJ/10/2850/2016

Amparo Legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; Decreto Estadual nº 11.261/2003; e Resolução nº 17/2018-PGJ/2018.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência deste Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; alterar a denominação da Secretaria de Recursos Humanos para “SRH”; alterar a adequação da fundamentação legal, constante na Cláusula Segunda e no item 5.3, da Cláusula Quinta, em decorrência da revogação do Ato nº 460/PGJ/MP-MS/99, de 5 de julho de 1999; incluir o “pensionista” nos itens 3.3., 3.4. e 3.7., da Cláusula Terceira; no item 4.2., da Cláusula Quarta; nos itens 5.4. e 5.7., da Cláusula Quinta; no item 6.2., da Cláusula Sexta; e no item 7.2., da Cláusula Sétima.

Vigência do Convênio: 18.10.2018 até 18.10.2020.

Data da assinatura: 19 de setembro de 2018.

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PGJ/2017 - PROCESSO PGJ/10/3512/2017.

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **COMERCIAL VIA OESTE UTILIDADES – EIRELLI - EPP**, neste ato representada por **Marcelo Ferreira Mello**;
Objeto: **Cancelamento do preço registrado para o item 38** (tesoura com ponta, em liga de aço inoxidável, corte afiado, cabo termoplástico de alta resistência, medindo aproximadamente 21cm, Marcas de referência: Adeck, Tramontina e Mundial. Marca: Adeck), da Ata de Registro de Preços nº 17/PGJ/2017, cuja beneficiária é a empresa Comercial K&D Ltda-EPP, em atenção à Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, às fls. 731/733, do Processo nº PGJ/10/3215/2017, em decorrência da indisponibilidade do material.

Amparo legal: Artigo 10º, *caput*, da Resolução 0014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011; e artigo 21, inciso II, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Vigência: 18.12.2018 a 11.01.2019.

Data da assinatura: 18 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PGJ/2018 PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.827 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018 (PÁGINAS 17 A 20) – REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/PGJ/2018-SRP

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, toners, mídias, mouses, teclados, etc.).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Apoio ergonômico para os pés , confeccionado em madeira ou plástico resistente (ABS), pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 40 cm x 25 cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MASTICMOLL/AP 25. Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.	Unidade	400	R\$ 41,00
2	Apoio para mouse , em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 22cm de largura x 26cm de comprimento (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com base em borracha antiderrapante, composição: tecido sintético cor preta , elastômero e gelatina de silicone; embalado em material plástico e transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MAXPRINT. Empresa vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI-ME.	Unidade	1.500	R\$ 12,00
3	Apoio para teclado , em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 50cm de comprimento x 10cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), tecido na cor preta , com base aderente, composição: elastômero, tecido e gelatina de silicone; embalagem em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: PISC. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	1.500	R\$ 27,00
4	Cartucho para impressora HP Designjet 711 - T120, T520, preto, 38ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	50	R\$ 165,00
5	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, cyan, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	50	R\$ 130,00
6	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, magenta, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	50	R\$ 130,00
7	Cartucho para impressora, HP Designjet 711 - T120, T520, yellow, 29ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade	Unidade	50	R\$ 130,00

	mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.			
8	Cartucho para impressora, HP Designjet 728, amarelo, 300ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: HP 728 AMARELO/ F9K15A. Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.	Unidade	20	R\$ 1.280,00
9	Cartucho para impressora, HP Designjet 728, ciano, 300ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: HP 728 CIANO/ F9K17A. Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.	Unidade	20	R\$ 1.280,00
10	Cartucho para impressora, HP Designjet 728, magenta, 300ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: HP 728 MAGENTA/ F9K16A. Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.	Unidade	20	R\$ 1.280,00
11	Cartucho para impressora, HP Designjet 728, preto, 300ml. Marca de referência HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: HP 728 PRETO / F9J68A. Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.	Unidade	20	R\$ 1.280,00
12	Cartucho para impressora laser colorida HP Color Laserjet CP 1215/1515/1518NI, código CB540A, preto. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	100	R\$ 94,50
13	Cartucho para impressora laser colorida HP Color Laserjet CP 1215/1515/1518NI, código CB541A, ciano. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	100	R\$ 94,50
14	Cartucho para impressora laser colorida HP Color Laserjet CP 1215/1515/1518NI, código CB542A, amarelo. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	100	R\$ 94,50
15	Cartucho para impressora laser colorida HP Color Laserjet CP 1215/1515/1518NI, código CB543A, magenta. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: MEMORY PRINT. Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.	Unidade	100	R\$ 94,50
16	Filtro de Linha com no mínimo 8 tomadas 2P+T novo padrão brasileiro, interruptor (chave liga/desliga), indicação luminosa, proteção contra interferência eletromagnética e radiofrequência, fusível para proteção de rede elétrica, bivolt 110V/220V. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.	Unidade	150	R\$ 20,00

	<p>Marca: RCG / TOP FILTER 8T BIV.</p> <p>Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.</p>			
17	<p>Fita de impressão (ribbon), para no mínimo 250 impressões, compatível com impressora Fargo DTC1000. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: MEMORY PRINT.</p> <p>Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.</p>	Unidade	10	R\$ 310,00
18	<p>Fone de ouvido: (headphone), arco (base) ajustável; conchas com acabamento em material resistente (similicouro ou equivalente); resposta de frequência de saída de no mínimo 20 Hz a 20 KHz; impedância 24 Ohm ou superior; sensibilidade de 96dB a 1 KHz ou superior, conexão P2; comprimento mínimo do cabo 1,2m. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marcas de Referência: Sony, Philips ou Philco.</p> <p>Marca: PHILIPS.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI -ME.</p>	Unidade	5.000	R\$ 49,99
19	<p>Mídia CD-R (CD Gravável), com capacidade mínima de 700 MB / 80 minutos, lacrado, com caixa acrílica individual, testado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG.</p> <p>Marca: _____</p>	Unidade	3.000	Não registrado
20	<p>Mídia DVD-R, com capacidade mínima de 4.7 GB, 1X-8X, lacrado, com caixa acrílica individual, testado. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sony, Philips ou LG.</p> <p>Marca: _____</p>	Unidade	3.000	Não registrado
21	<p>Mouse Óptico USB, 800DPI de resolução, com Plug & Play, 2 botões, botão de rolagem (scroll), cor preta. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: HP, Microsoft e Logitech.</p> <p>Marca: LOGITECH / M90 PRETO.</p> <p>Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.</p>	Unidade	1.000	R\$ 31,00
22	<p>Pen Drive - 16 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 16 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP.</p> <p>Marca: SANDISK.</p> <p>Empresa vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI-ME</p>	Unidade	2.000	R\$ 26,00
23	<p>Pen Drive - 32 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 32 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP.</p> <p>Marca: SANDISK.</p> <p>Empresa vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI-ME</p>	Unidade	500	R\$ 44,00
24	<p>Pen Drive - 64 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 64 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP.</p> <p>Marca: SANDISK.</p> <p>Empresa vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI-ME</p>	Unidade	500	R\$ 81,00

25	<p>Suporte compacto para monitor, fabricado em polipropileno ou material plástico resistente, para utilização em monitores CRT (tubo) de até 19 (dezenove) polegadas e para monitores LCD de até 23 (vinte e três) polegadas, cor preta, sistema antideslizamento na base, medidas aproximadas: 12 cm x 26 cm (A x D, admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: MASTICMOL.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI -ME.</p>	Unidade	200	R\$ 32,40
26	<p>Teclado USB, padrão ABNT, com 106 teclas no mínimo, padrão de conexão USB, cor preta, inscrições das teclas gravadas a laser. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: HP, Microsoft e Logitech.</p> <p>Marca: LOGITECH / K120 PRETO.</p> <p>Empresa vencedora: TERABRAS COMERCIAL EIRELI – ME.</p>	Unidade	1.000	R\$ 56,00
27	<p>Toner para fax impressora Brother Intellifax 2820 - TN350, preto. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Brother ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: DSI/CHINAMATE</p> <p>Modelo: TN-350.</p> <p>Empresa vencedora: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA – ME.</p>	Unidade	50	R\$ 56,00
28	<p>Toner para impressora HP Laser Jet P2055DN, preto, código CE505X. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: DSI/CHINAMATE.</p> <p>Modelo: CE505X.</p> <p>Empresa vencedora: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA – ME.</p>	Unidade	300	R\$ 77,00
29	<p>Toner para impressora Kyocera FS-C8500, código TK 882A, amarelo. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: KYOCERA.</p> <p>Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.</p>	Unidade	5	R\$ 1.290,00
30	<p>Toner para impressora Kyocera FS-C8500, código TK 882C, cyan (ciano). Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: KYOCERA.</p> <p>Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.</p>	Unidade	5	R\$ 1.290,00
31	<p>Toner para impressora Kyocera FS-C8500, código TK 882K, preto. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: KYOCERA.</p> <p>Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.</p>	Unidade	5	R\$ 623,00
32	<p>Toner para impressora Kyocera FS-C8500, código TK 882M, magenta. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: KYOCERA.</p>	Unidade	5	R\$ 1.290,00

	Empresa vencedora: DIGITAL DATA EIRELI – EPP.			
33	<p>Toner para impressora Kyocera KM 2820, código TK 137, preto. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: KYOCERA/KYOCERA</p> <p>Modelo: TK-137</p> <p>Empresa vencedora: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA – ME.</p>	Unidade	5	R\$ 200,00
34	<p>Toner para impressora Samsung-ML 3750ND, código MLT-D305L, preto. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Samsung ou equivalente técnico com comprovação.</p> <p>Marca: DSI/CHINAMATE</p> <p>Modelo: MLT-D305L</p> <p>Empresa vencedora: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA – ME.</p>	Unidade	20	R\$ 160,00
35	<p>Fone de ouvido, sistema acústico aberto ou semiaberto; Impedância 32 Ohm ou superior; Sensibilidade: 96 dB ou superior; Diâmetro mínimo da caixa acústica: 40mm. Conexão por cabo unilateral, comprimento do cabo de no mínimo 2m, conector com acabamento cromado. Deverá acompanhar produto plugue do adaptador: 3,5 a 6,3 mm. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência AKG, Behringer ou Philips.</p> <p>Marca: PHILIPS.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI -ME.</p>	Unidade	45	R\$ 135,90
36	<p>Gravador de DVD e CD/RW Externo Slim, tipo de dispositivo: Drive de DVD±RW. Interface: USB 2.0 ou superior Velocidade de leitura: 24x (CD) / 8x (DVD) ou superior. Velocidade de gravação: 24x (CD) / 8x (DVD±R) / 8x (DVD±R DL) ou superior. Velocidade de regravação: 24x (CD) / 8x (DVD) ou superior. Armazenagem óptica: DVD±RW. Compatível com sistema Windows 7, 8, 8.1 e 10. Garantia de mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca: ASUS.</p> <p>Empresa vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI-ME</p>	Unidade	250	R\$ 99,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de setembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0007/2018/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, n. 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002021-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: L.H.F.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa relacionado a violação de princípios que regem a Administração Pública, consistente no descumprimento de jornada de trabalho e registro de informações supostamente falsas em folha individual de frequência, por parte de servidora pública estadual.

Campo Grande, MS, 17 de dezembro de 2018.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2018/49PJ/CGR

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a migração do Inquérito Civil nº 031/2014 físico para o Inquérito Civil nº 06.2018.00003515-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2018.00003515-9.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aplicação dos valores recebidos pela Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer - ABRAPEC.

Migrado do IC nº 031/2014 físico.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

CORUMBÁ**EDITAL 0108/2018/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004523-5

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00004523-5, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Posto Nave Comércio Derivados de Petróleo Ltda

Assunto: Acompanhamento e aguardo do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta Firmado entre a 5ª Promotoria de Justiça e o Posto Nave Comércio Derivados de Petróleo Ltda, decorrente da migração do PA nº 001/2014 ao SAJ/MP.

Corumbá/MS, 17 de dezembro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0109/2018/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004535-7

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00004535-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação de Obras Sociais e Culturais do Lions Clube de Corumbá

Assunto: Acompanhar a destinação dos recursos e receber a prestação de contas da Fundação de Obras Sociais e Culturais do Lions Clube de Corumbá.

Corumbá/MS, 17 de dezembro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0110/2018/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004537-9

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00004537-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Banco Bradesco S/A

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos judiciais nº 0900057-66.2017.8.12.0008, que determinou que o Banco Bradesco S/A, Agência de Corumbá, deveria, no prazo de 45 dias a contar da intimação, aumentar em 5 para 8 o número de caixas para atendimento pessoal; aumentar em 50% o efetivo de funcionários para atendimento aos clientes; e manter todos os caixas para atendimento pessoal operando durante o expediente da agência, sendo vedada a retirada de funcionários do atendimento pessoal.

Corumbá/MS, 17 de dezembro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

RECOMENDAÇÃO N. 0012/2018/16PJ/DOS

Inquérito Civil nº 06.2017.00000452-9

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento

destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o "Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social"¹;

CONSIDERANDO que "em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"²;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam”⁴;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os administradores públicos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que todo agente público e político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíba;

1 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

2 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

3 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

4 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODVIM: 2014, p.787

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade impõe o tratamento igualitário aos cidadãos, sendo inadmissível a contratação de qualquer pessoa sem a prévia realização de concurso público, instrumento colocado à disposição da Administração Pública para conferir tratamento isonômico aos interessados na obtenção de qualquer cargo público, afora as exceções constitucionais e, dentre elas, a contratação por tempo determinado (CF, art. 37, inc. IX);

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência possui como desdobramento natural o dever da Administração Pública de contratar funcionários mediante concurso público para atender satisfatoriamente às necessidades dos administrados, colocando à disposição do serviço público profissionais gabaritados;

CONSIDERANDO que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas prevista no edital possui direito subjetivo à nomeação e à posse, e, ao contrário, se não aprovado dentro do número de vagas previstas no edital, detém apenas mera expectativa de direito à assunção no cargo e que compete à Administração, dentro do seu poder discricionário e atendendo aos seus interesses, nomear os candidatos remanescentes de acordo com a sua conveniência;

CONSIDERANDO que essa expectativa se converte em direito subjetivo à posse caso constatada a quebra na ordem classificatória ou quando a Administração Pública contrata terceiros, em caráter precário, para preenchimento de vagas existentes, em detrimento da nomeação de candidatos aprovados em certame ainda válido, já que demonstra a existência de vagas e a necessidade de serem preenchidas;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso IX, e a Constituição Estadual, em seu art. 27, IX, explicitam que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que, por conseguinte, segundo a normativa constitucional, a contratação de pessoal deve ser precedida de concurso público, sendo admitida a contratação temporária apenas a título de exceção, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 658.026, Rel. Min. Dias Toffoli⁵, submetido à sistemática da repercussão geral, assentou que o “conteúdo jurídico do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal pode ser resumido, ratificando-se, dessa forma, o entendimento da Corte Suprema de que, para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração”;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil n. 06.2017.00000452-9, foi instaurado em face do Reitor Fabio Edir dos Santos Costa, em 06/04/2017, visando apurar notícia indicativa da prática de ato de improbidade administrativa, em decorrência da contratação de docentes à título precário para ocupar vagas puras, em detrimento de candidatos regularmente aprovados em concurso público, no período da gestão do Reitor Fábio Edir dos Santos Costa, junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que a instauração teve por supedâneo as informações extraídas do bojo do Inquérito Civil n. 40/2009/PJPPS, através do qual foi relatado a existência de irregularidades consistentes na contratação de docentes à título precário, em detrimento de profissionais aprovados em concurso público, o que culminou em diversas demandas junto ao judiciário;

CONSIDERANDO que é fato incontroverso a contratação precária por parte do Reitor Fábio Edir dos Santos Costa, uma vez que o requerido demonstrou a existência de profissionais contratados à título precário para ocupar vagas

5 RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612

puras em detrimento dos aprovados em concurso público vigente, conforme se extrai das respostas encaminhadas a esta Promotoria de Justiça, por meio dos Ofícios ns. 014/2017/PJU/UEMS, 028/2017/PJU/UEMS e 021/2018/PJU/UEMS;

CONSIDERANDO que, conforme apurado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00000452-9 e diante da documentação que instruiu o presente, no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, foi constatado 239 (duzentos e trinta e nove) docentes temporários no ano de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade da exoneração dos servidores que estiverem ocupando vaga pura à título precário, pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, e substituição daqueles por candidatos devidamente aprovados em concurso público, conforme determina o art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que a nomeação de candidatos para ocupar cargos efetivos se mostra deveras mais vantajoso, também, se considerada a natureza permanente do vínculo, que perdurará não só pelo período objeto de contratação, o que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades outras, não restritas ao contratado;

CONSIDERANDO que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido da configuração de ato de improbidade em decorrência da contratação de profissionais sem observância da regra do concurso público, conforme se depreende dos julgados abaixo:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO PRINCIPOLÓGICA DE CONHECIMENTO PALMAR. EXTENSÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS CONTRATADOS. 1. "A jurisprudência do STJ dispensa o dolo específico para a configuração de improbidade por atentado aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/1992), considerando bastante o dolo genérico (REsp. 654.721/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 25.8.2010, DJe 1.9.2010)." (AgRg no Ag1331116/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 16/03/2011). 2. É de conhecimento palmar a violação principiológica consistente na contratação ou manutenção de servidores públicos sem a realização de concurso público. Não há como alegar desconhecimento da vedação constitucional para a contratação de servidores sem concurso público, mormente quando já passados quase 24 anos de vigência da Carta Política. (Precedente: REsp 1.130.000/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 22.6.2010, DJe 30.8.2010.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 149558 SP 2012/0028978-8, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 11 DA LEI 8429/92. RECONHECIMENTO DE DOLO GENÉRICO. PENALIDADE APLICADA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Assim, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 é indispensável, para a caracterização de improbidade, que o agente tenha agido dolosamente e, ao menos, culposamente, nas hipóteses do artigo 10. 2. Os atos de improbidade administrativa descritos no artigo 11 da Lei nº 8429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, embora tenha consignado que era prescindível a demonstração de dolo ou culpa do agente, reconheceu expressamente ser "flagrante a inobservância da regra de provimento dos cargos públicos por meio de concurso público, conforme previsto na Carta Magna, deve ser reconhecida a ilegalidade na contratação", daí porque não há que se falar na inexistência do elemento doloso. 4. No que concerne à apontada violação ao art. 12 da Lei 8429/92, a análise da pretensão recursal no sentido de que sanções aplicadas não observaram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, com a consequente reversão do entendimento manifestado pelo Tribunal de origem, exige o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1500812 SE 2014/0311577-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/05/2015, T2 - SEGUNDA TURMA,

Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Fábio Edir dos Santos Costa, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil por ato de improbidade administrativa, que:

- No que tange aos cargos em que há candidatos aprovados em concurso público, aguardando nomeação: Promova em até 05 (cinco) dias exoneração de servidores que estejam ocupando vagas puras à título precário, convocando imediatamente candidatos aprovados no concurso público em vigor, para suprir tal demanda;

- No que tange aos cargos em que não remanescem aprovados em concurso público, bem como aos casos de necessidade de contratação temporária, para suprir demandas legais: Se abstenha de promover a contratação direta de pessoal, realizando imediatamente concurso público que assegure igualdade de condições e critérios objetivos aos candidatos;

- No prazo de até 05 (cinco) dias, efetue levantamento das vagas puras existentes em todos os setores da Fundação, mormente as relacionadas aos cargos em que não haja aprovados em concurso público aguardando nomeação; encaminhando expediente a esta Promotoria de Justiça;

- Na sequência, viabilize a realização de novo concurso público para os cargos que não contam com cadastro de reserva, com a publicação do edital inaugural do certame em prazo não superior a 90 (noventa) dias, e nomeação dos aprovados em, no máximo, 90 (noventa dias) dias da homologação do resultado final;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem promovidas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Dourados, 13 de dezembro de 2018.

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0015/2018/16PJ/DOS

Inquérito Civil nº 06.2017.00001253-3

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de

relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos e políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo agente público/político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares pois sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíba;

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que diante da publicação do Decreto 679, de 22 de novembro de 2017, que dispunha *“sobre a contratação temporária do profissional do magistério em regime de suplência e do docente não efetivo para atuarem nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Dourados”* foi recomendado a imediata anulação do referido ato, haja vista a evidente ilegalidade de suas disposições, o que foi acolhido em um primeiro momento;

CONSIDERANDO que diante da existência de irregularidades, em 18 de dezembro de 2017 foi publicado o Decreto n. 727/2017, visando a regularização da contratação temporária de profissional do magistério em regime de suplência;

CONSIDERANDO que em reunião junto a esta Promotoria de Justiça foi firmado pelo Secretário Municipal de Administração, compromissos no sentido de promover a revogação parcial do Decreto n. 727/2017 na parte incompatível com o disposto no §5º, do artigo 59, da Lei Complementar n. 118/2007;

CONSIDERANDO que o dispositivo respectivo dispõe que *“§5º - Não havendo concursados classificados será feita na SEMED uma seleção prévia entre os candidatos”*, o que leva à conclusão de que enquanto houver concursados classificados NÃO serão realizadas contratações precárias decorrentes de processos seletivos;

CONSIDERANDO que, em decorrência disso, a administração por meio do Decreto n. 1.158/2018 alterou parcialmente o Decreto n. 727/2017, supostamente a fim de corrigir sua falha interpretativa à luz da disciplina legal;

CONSIDERANDO, no entanto, que as alterações daquele ato NÃO contemplaram a exigência de adequação da norma ao disposto no §5º, do artigo 59, da Lei Complementar n. 118/2007, que trata acerca da preferência dos candidatos aprovados em concurso público, fora das vagas previstas, e que aguardam nomeação, para os casos de contratação precária;

CONSIDERANDO, que em 29 de novembro de 2018 foi publicado o edital nº 01/2018/SEMED, regulamentando a realização de processo seletivo simplificado para a contratação temporária de professores;

CONSIDERANDO que referido processo seletivo NÃO contemplou o direito de preferência previsto na Lei Complementar 118/2018, com relação aos candidatos que aguardam nomeação em concurso público;

CONSIDERANDO que a preferência daqueles, além de legalmente prevista, é ato que atende ao interesse coletivo, notadamente dos infantes atendidos pela Rede Municipal de Ensino, na medida em que tem por objetivo evitar sucessivas trocas de docentes, em prejuízo da continuidade do ensino;

CONSIDERANDO, a esse respeito, que um *“dos problemas recorrentemente apontados como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado é a elevada rotatividade de professores ao longo de um mesmo período letivo. As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano dos alunos”* (Duarte, 2009, p. 10)⁶;

CONSIDERANDO, ainda, que nas palavras de Ferreira⁷ (2006 apud SILVA, 2007, p. 24) estudos apontam que *“um dos principais problemas enfrentados pela escola pública era a alta rotatividade e professores, decorrentes do alto índice de professores temporários, o que vinha prejudicando a construção de um vínculo efetivo entre professor e escola e entre seus pares dificultando a realização do trabalho educativo”*;

CONSIDERANDO a previsão do artigo 6º, da Constituição Federal, no sentido de que *“são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”*;

CONSIDERANDO que *“a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (art. 205, Constituição Federal);

CONSIDERANDO, por seu turno, que *“a garantia do direito à educação de qualidade é um princípio fundamental e basilar para as políticas e gestão da educação básica e superior, seus processos de organização e regulação [...] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), com as alterações ocorridas após a sua aprovação, encontra-se em sintonia com a garantia do direito social à educação de qualidade”*. (MEC, 2014, p. 16)⁸;

CONSIDERANDO, ainda, que *“a “educação de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade”*. (MEC, 2014, p. 52)⁹;

CONSIDERANDO que tais argumentos foram exaustivamente expostos à administração municipal (notadamente ao representante da pasta da educação), que tem simplesmente ignorado as recomendações ministeriais assim como a legislação aplicável ao caso;

CONSIDERANDO, nesse sentido, que a continuidade do processo seletivo, nos moldes como atualmente vem sendo realizado, repita-se, em desacordo com a determinação legal, reforça o elemento volitivo necessário à configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO, nesse sentido, que desde o início da atual administração o Ministério Público tem tentado fazer cessar a situação injustificada da contratação de inúmeros profissionais da educação, além de outros, para atuar de forma precária, enquanto centenas de aprovados em concurso público regular aguardam para serem chamados, tendo encontrado óbices decorrentes da atuação da administração municipal;

CONSIDERANDO que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido da configuração de ato de improbidade em decorrência da contratação de profissionais sem observância da regra do concurso público (o que pode ser aplicado analogicamente ao presente caso) conforme se depreende dos julgados abaixo:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA DE CONHECIMENTO PALMAR. EXTENSÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS CONTRATADOS. 1. “A jurisprudência do STJ dispensa o dolo específico para a configuração de improbidade por atentado aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/1992), considerando bastante o dolo genérico (EREsp. 654.721/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 25.8.2010, DJe 1.9.2010).” (AgRg no Ag1331116/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 16/03/2011). 2. É de conhecimento palmar a violação principiológica consistente na contratação ou

6DUARTE, Rafael Gomes. Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto.

7 SILVA, Maria Helena G. Dias; FERNANDES, Maria José Silva. As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo: mais uma das armadilhas das reformas educacionais neoliberais. 2006. 12 f. Monografia (Pós Graduação em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

8 MEC, 2014. Documento Referência: Conferência Nacional de Educação. Brasília: MEC

9 Apud 3;

manutenção de servidores públicos sem a realização de concurso público. Não há como alegar desconhecimento da vedação constitucional para a contratação de servidores sem concurso público, mormente quando já passados quase 24 anos de vigência da Carta Política. (Precedente: REsp 1.130.000/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 22.6.2010, DJe 30.8.2010.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 149558 SP 2012/0028978-8, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 11 DA LEI 8429/92. RECONHECIMENTO DE DOLO GENÉRICO. PENALIDADE APLICADA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Assim, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 é indispensável, para a caracterização de improbidade, que o agente tenha agido dolosamente e, ao menos, culposamente, nas hipóteses do artigo 10. 2. Os atos de improbidade administrativa descritos no artigo 11 da Lei nº 8429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, embora tenha consignado que era prescindível a demonstração de dolo ou culpa do agente, reconheceu expressamente ser "flagrante a inobservância da regra de provimento dos cargos públicos por meio de concurso público, conforme previsto na Carta Magna, deve ser reconhecida a ilegalidade na contratação", daí porque não há que se falar na inexistência do elemento doloso. 4. No que concerne à apontada violação ao art. 12 da Lei 8429/92, a análise da pretensão recursal no sentido de que sanções aplicadas não observaram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, com a consequente reversão do entendimento manifestado pelo Tribunal de origem, exige o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1500812 SE 2014/0311577-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/05/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

CONSIDERANDO, repisa-se, que ciente das irregularidades apontadas, os requeridos estão mantendo o posicionamento contrário aos dispositivos legais, o que evidencia o dolo em buscar meios para legitimar a manutenção de situações ilegais, visando satisfazer interesses nada republicanos;

CONSIDERANDO que conforme súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, *"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*;

CONSIDERANDO, ainda, a notícia de que já estão sendo celebrados contratos temporários decorrentes do processo seletivo eivado de vício, o que demonstra a urgência na adequação, sendo a via extrajudicial medida prudente para nova tentativa de saneamento das irregularidades, garantindo-se o acionamento do Poder Judiciário apenas caso frustrada a presente tentativa;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal de Dourados Délia Godoy Razuk e ao Secretário Municipal de Educação, Upiran Jorge Gonçalves da Silva, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, que:

a) Promovam a imediata adequação do Decreto 727/2017, de modo que passe a expressamente garantir o atendimento do disposto no §5º, do art. 59, da Lei Complementar Municipal 118/2007, no sentido de que havendo a necessidade de contratação temporária de docentes, seja dada preferência aos candidatos aprovados em concurso público e que aguardam nomeação e, somente diante da inexistência de aprovados remanescentes, promovam a contratação de aprovados em processo seletivo simplificado;

b) Em consequência, promovam a suspensão das contratações decorrentes do processo seletivo simplificado objeto do edital 001/2018, de 28/11/2018, especificamente para os cargos em que haja aprovados em concurso público aguardando nomeação, garantindo que, havendo a necessidade, sejam celebrados contratos temporários primeiro com

aqueles aprovados remanescentes, para que só então, exaurida referida lista, sejam contratados profissionais que tenham participado exclusivamente do processo seletivo;

c) Havendo a necessidade de contratações precárias decorrentes do processo seletivo, seja à título de suplência ou mesmo contratação temporária, e visando garantir a lisura da seleção, seja efetuada a devida análise e conferência das informações e documentos apresentados pelos candidatos quando da inscrição no certame;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 17 de dezembro de 2018.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0016/2018/16PJ/DOS

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004686-7

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos e políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo agente público/político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade impõe o tratamento igualitário aos cidadãos, sendo inadmissível a contratação de qualquer pessoa sem a prévia realização de concurso público, instrumento colocado à disposição da Administração Pública para conferir tratamento isonômico aos interessados na obtenção de qualquer cargo público (CF, art. 37, inc. IX);

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência possui como desdobramento natural o dever da Administração Pública de contratar funcionários mediante concurso público para atender satisfatoriamente às necessidades dos administrados, colocando à disposição do serviço público profissionais gabaritados;

CONSIDERANDO que a terceirização de serviços na Administração Pública brasileira é uma realidade já consolidada no cotidiano dos órgãos públicos, especialmente no que concerne à prestação de serviços;

CONSIDERANDO, entretanto, que a terceirização de mão de obra na Administração Pública deve obedecer a requisitos específicos¹⁰, a saber:

- a) Somente pode se referir contratos de empreitada, nos quais objetivas um resultado útil ao contratante, assumindo a contratada os riscos da execução; Não pode, portanto, se revestir na forma de locação de mão de obra, consubstanciada no mero fornecimento de trabalhadores;
- b) Não deve haver subordinação nem pessoalidade entre os empregados prestadores do serviço e a Administração contratante;
- c) A terceirização não pode se referir a atividades-fim do órgão contratante, mas somente a atividades-meio, como conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos, instalações e equivalentes, desde que não haja órgão específico no âmbito da Administração Pública cujas atribuições institucionais sejam a prestação dos serviços terceirizados;
- d) A atividade a ser terceirizada não pode ser inerente às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos e salários do órgão ou entidade terceirizante, salvo no caso de cargos total ou parcialmente extintas, sob pena de afronta à regra do concurso público (art. 37, II, CF/88);

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório para contratação da empresa terceirizada possui especificações a serem observadas pelo gestor público em razão ao princípio da eficiência e da motivação dos atos administrativos;

CONSIDERANDO que no bojo da “Operação Pregão”, deflagrada por esta Promotoria de Justiça, foi possível verificar que as terceirizações objeto de impugnação, notadamente para a prestação de serviços de limpeza e conservação, assim como de merendeiras, acarretaram prejuízo de diversas ordens ao patrimônio público municipal;

CONSIDERANDO que no que diz respeito à moralidade, foi observado que os gestores municipais envolvidos agiram ao arrepio do que prescreve a lei de licitações, incorrendo, inclusive na prática de crimes ao se utilizarem da máquina pública para proporcionar-lhes negociatas escusas, a fim de lhes garantir locupletamento ilícito;

CONSIDERANDO que no que diz respeito ao prejuízo aos cofres públicos, observou-se que as terceirizações foram levadas à efeito mediante superfaturamento de preços, permitindo, assim como se pôde observar no mês de novembro/2018 com relação ao contrato oriundo da Dispensa de Licitação n. 069/2018, um lucro de aproximadamente 42% (quarenta e dois por cento) à empresa contratada, em que pese o fato de as planilhas de custo e formação de preço dispostas no processo licitatório respectivo terem apresentado uma margem de lucro de 1% (um por cento) – autos 0900111-16.2018.8.12.0002;

CONSIDERANDO que naquela ocasião, e com relação ao mês específico de apuração, foi possível verificar (conforme consta, inclusive da ata de audiência acostada às p. 616-617), que do valor contratado de R\$ 656.349,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais) mensais, apenas R\$ 278.726,79 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) foram revertidos para o pagamento daqueles que de fato prestaram os serviços;

10 GEALC – SEF 30720/2009. Orientação Técnica nº 001/2013 que versa sobre terceirização de mão-de-obra. Disponível em: <www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/orientacoes/19/OT_001_13_Perguntas_e_Respostas_a_respeito_de_terceirizacao_de_mao_de_obra_03_08.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em dez.2018 Apud TC 027.911/2010-1. Rel. Min. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO. Dje:09/12/2014. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/2791120101.PROC/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>>. Acessado em: dez.2018

CONSIDERANDO que ainda que se leve em conta o fornecimento de alguns equipamentos necessários à prestação dos serviços, a discrepância entre os valores pagos aos funcionários e o lucro da empresa contratada, demonstra inegável conduta lesiva ao patrimônio público e social, fazendo surgir um alerta acerca não só da legalidade, mas também do atendimento ao interesse coletivo em tais contratações;

CONSIDERANDO que, a partir daí, restou efetuada análise ao plano de cargos e carreiras do Município de Dourados (Lei Complementar nº 310/2016) constatando-se a previsão de um total de 835 (oitocentos e trinta e cinco) cargos de auxiliar de serviços de manutenção e apoio (indígenas e não indígenas) cujas atribuições correspondes àqueles outrora terceirizados, nos seguintes termos: *"executar serviços de limpeza e de conservação de instalações, de móveis e de utensílios em geral; manter a boa aparência, a higiene e a conservação dos locais de trabalho; coletar o lixo e acondicioná-lo em recipientes apropriados para depositá-los, posteriormente em lixeiras, em incinerador ou em outro local previamente definido; recolher e zelar pela perfeita conservação e limpeza de equipamentos e utensílios utilizados para a execução do trabalho, cuidando para evitar danos e perdas dos mesmos; manter os móveis encerados; utilizar os equipamentos de proteção e os de segurança do trabalho; zelar pela ordem e pelo asseio do local de trabalho; manusear e dominar máquinas industriais (de lavar, de lustrar, de aspirar pó, etc); responsabilizar-se por móveis, instalações, máquinas, equipamentos e utensílios durante a limpeza; executar tarefas de jardinagem de borracharia e copa cozinha; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior";*

CONSIDERANDO que em análise ao Portal da Transparência do Município de Dourados, foi possível verificar que tão somente 98 (noventa e oito) destas vagas encontram-se providas, de modo a comprovar que a contratação direta de pessoal pelo Município de Dourados é medida que atende ao interesse público, demonstrando, inclusive, a irregularidade na terceirização respectiva;

CONSIDERANDO que dos poucos cargos providos, muitos servidores encontram-se lotados em funções de confiança alheias às atividades para as quais foram empossados, demonstrando a ausência de preocupação do gestor municipal com a prestação direta dos serviços respectivos;

CONSIDERANDO que tal situação aponta para uma insustentável e escancarada situação irregular que tem contribuído para a dilapidação cada vez maior do patrimônio público municipal, em detrimento do atendimento à regra do concurso público, insculpida no art. 37, da Constituição Federal, bem como do suporte às necessidades básicas dos municípios, como saúde e educação de qualidade, por ex., cuja negativa de fornecimento tem sempre se fundado na justificativa de ausência de recursos;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, resta claramente demonstrada a necessidade de a administração pública municipal realizar concurso público visando o preenchimento das vagas previstas em lei, notadamente no que tange ao cargo de auxiliar de manutenção e apoio, ao invés de insistir na conduta lesiva da terceirização;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário assim tem se manifestado em casos semelhantes ao presente:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM. IRREGULARIDADES NO PREGÃO Nº 13/2015. VIOLAÇÃO À OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM ATIVIDADE-FIM. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA. INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO. Gastos exacerbados dos cofres públicos. Multa por descumprimento da obrigação que se afigura razoável. Presença dos requisitos para concessão da tutela antecipada. Enunciado n.º 59 da Súmula do Tribunal de Justiça. Desprovisionamento do recurso. (TJ-RJ - AI: 00189823820158190000 RIO DE JANEIRO GUAPIMIRIM 2 VARA, Relator: JOSE CARLOS VARANDA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 26/08/2015, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 31/08/2015) AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HOSPITAL. TERCEIRIZAÇÃO INDEVIDA E SUPERFATURAMENTO. Havendo possibilidade de grave lesão à economia pública, diante dos fatos relatados e da importância dos temas discutidos no feito principal, a suspensão da liminar deve ser mantida. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg na SLS: 1207 PE 2010/0044896-4, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 18/08/2010, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 02/09/2010).

CONSIDERANDO que as recomendações expedidas pelo Ministério Público visam a cientificar o gestor público da existência de irregularidades e possíveis violações a disposições constitucionais ou legais pela Administração Pública decorrentes de atos comissivos ou omissivos e têm por fito garantir a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como dos demais interesses, direitos e bens, cuja defesa caiba ao Ministério Público, nos termos

do art. 43 da Res. CSMP 01/2012 e da jurisprudência pátria (v.g. AgRg no REsp 762.440/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/12/2010, DJe 17/12/2010);

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que eventual resistência do gestor público em tomar as providências necessárias nos termos acima colacionados, permanecendo inerte mesmo depois de cientificado pela presente recomendação da obrigação supra, configura flagrantemente o elemento volitivo do dolo genérico para fins de caracterização do ato de improbidade administrativa, passível de sanção constante na Lei nº 8.429/1992;

CONSIDERANDO que tal situação representa grave violação não só aos preceitos que regem a administração pública, como também à confiança depositada na atual administração municipal, pelos munícipes;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se aos gestores a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal de Dourados Délia Godoy Razuk, ao Secretário Municipal de Fazenda Carlos Augusto de Melo Pimentel e aos demais Secretários Municipais, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes que, imediatamente:

- Se ABSTENHAM de terceirizar serviços inerentes às atribuições incluídas nos planos de cargos e carreiras do Município de Dourados, notadamente no que tange aos serviços de conservação e manutenção predial, além de merendeiras;

- Que atentando para a necessidade/continuidade dos serviços, bem como à economicidade e melhor aproveitamentos dos recursos (humanos, materiais e financeiros), DÊ início aos atos visando a REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, que deverá ser concluído no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, tendo por objetivo o provimento dos cargos previstos na LC 310/2016 e ainda não preenchidos, notadamente de auxiliar de serviços de manutenção e apoio, indígena e não indígena;

- Em havendo situação excepcional, devidamente justificada, que demande a prestação dos serviços em período inferior ao de conclusão do concurso público, REALIZE processo seletivo simplificado visando a contratação direta e temporária de pessoal para os cargos previstos na Lei Complementar Municipal e que não contem com candidatos aprovados aguardando nomeação. Para tanto, adotem as providências cabíveis visando garantir que a seleção se dê com observância aos princípios que regem a administração pública;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias ao Poder Legislativo Municipal e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 17 de dezembro de 2018.

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0019/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003258-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório Nº 06.2018.00003258-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jilherme do Nascimento Souza

Assunto: Apurar eventual favorecimento de reeducando por parte de agente penitenciário.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003372-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003372-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Secretário Municipal de Saúde de Cassilândia-MS

Assunto: Apurar a jornada de trabalho irregular de servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Cassilândia – MS.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003422-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003422-7

Requerente: Procuradoria da República do Município de Três Lagoas-MS

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar a regularidade do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, Conjunto Habitacional Balmant II, em Cassilândia, financiado com recursos da instituição financeira PROVÍNCIA, conforme Nota Técnica nº 165/2018/DMH-CG/DMH/SNHMCIDADES.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0022/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003471-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003471-6

Requerente: Aldrin Hammerschmidt & Cia Ltda

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual contratação ilegal de empresa para o fornecimento de material de consumo – pó de pedra e pedrisco – pela Secretaria de Obras de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001124-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001124-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Carlos Augusto da Silva

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da servidora Aparecida de Fátima Trindade da Costa.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0024/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00002708-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00002708-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Mara Nilza da Silva Adriano

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na percepção de remuneração sem o comparecimento regular ao expediente, bem como privilégios no âmbito da administração pública municipal.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001245-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001245-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de supostas irregularidades nas obras de pavimentação/manutenção da rodovia MS 112, trecho Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 17 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

IVINHEMA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2018.00002439-5

Termo de Ajustamento de Conduta

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, o(s) abaixo qualificado(s) o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I – DAS PARTES:

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Exma. Sra. Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema.

COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE IVINHEMA/MS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 03.575.875/0001-00, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Éder Uilson França Lima, podendo ser encontrado na Praça dos Poderes, n. 720, Ivinhema/MS, Centro, CEP n. 79740-000, na presença da procuradora jurídica Mariel Sassada Ronchesel, OAB/MS nº 19.355.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto a disponibilização de vagas imediatas para as crianças não matriculadas na rede de educação pré-escolar no Município de Ivinhema/MS, assim como a disponibilização do número de vagas correspondente ao número de crianças solicitantes no próximo ano letivo, visando dar cumprimento às garantias previstas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere ao acesso à Educação Infantil das crianças de zero a cinco anos de idade.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Compromissário assume a obrigação de fazer, consistente em providenciar vagas imediatas às crianças que encontram-se na lista de espera para ingresso na rede de ensino pré-escolar, comprometendo-se a, imediatamente:

- Criar 30 vagas na educação infantil para as crianças que se encontram na lista de espera do “Berçário I”;
- Criar 30 vagas na educação infantil para as crianças que se encontram na lista de espera do “Berçário II”;
- Criar 20 vagas na educação infantil para as crianças que se encontram na lista de espera do “Berçário III”;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: no que se refere às vagas para jardim, deverá apresentar ao Poder Legislativo local, no prazo de 90 dias, proposta de emenda parlamentar para destinação de recursos e posterior construção de novas salas que atendam, no mínimo 40 crianças.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário se compromete a criar número de vagas suficientes para suprir eventual lista de espera existente no próximo ano letivo, assim como um número reserva de vagas, todas na educação infantil, conforme a demanda, sem que isto implique em ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que este acordo restará prejudicado acaso comprovado o fato pelo Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário se compromete em providenciar que as vagas fornecidas às crianças da Rede de Educação Infantil sejam próximas às suas residências;

CLÁUSULA QUARTA: O Compromissário se compromete em providenciar, sempre que necessário e conforme a demanda, o fornecimento de vagas na educação infantil em período integral, quando devidamente comprovada pelos interessados e responsáveis legais das crianças a necessidade no atendimento em dois turnos;

• A avaliação da necessidade deve levar em consideração o critério objetivo relacionado ao horário de trabalho dos responsáveis legais, não podendo implicar em distinção pelo fatos da renda familiar;

CLÁUSULA QUINTA: O Compromissário se compromete em contratar professores em quantidade suficiente para atender à demanda de alunos, respeitadas as exigências legais pertinentes, máxime àquelas constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: O Compromissário se compromete em providenciar, em caso de construção, reforma ou ampliação, que as estruturas das creches e pré-escolas observem as orientações técnicas do Corpo de Bombeiros Militar e da Vigilância Sanitária do Município de Ivinhema/MS;

CLÁUSULA SÉTIMA: O Compromissário se compromete a, durante o período de férias escolares, manter em funcionamento creche ou pré-escola com capacidade para atender, de forma adequada e observando as exigências legais, a demanda de crianças cujo os pais ou responsáveis legais comprovem a necessidade do atendimento;

CLÁUSULA OITAVA: O compromissário se compromete em incluir nos orçamentos dos anos vindouros o valor necessário a manutenção e administração das vagas criadas, inclusive, relacionado à equipe de profissionais adequados, devendo ser calculado com base no custo médio por criança inserida na Rede de Educação Infantil, sem desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

TÍTULO IV - DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA NONA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento pelo compromissário implicará, independentemente de notificação, pagamento de multa no valor de 50 UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal de educação deste comarca, ou, na falta deste, a entidade indicada por esta Promotoria e que tenha, entre os seus objetivos estatutários, a garantia à educação.

Parágrafo primeiro: A aplicação das penalidades previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

Parágrafo segundo: O não pagamento da multa sancionatória prevista nesta cláusula, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público Estadual, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

Parágrafo terceiro: O valor obtido com as penalidades pelo descumprimento das medidas constantes do presente TAC pelo Compromissário será utilizado para regularização da Rede de Educação Infantil do município perante a legislação Federal, Estadual e Municipal vigente.

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA DÉCIMA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

Parágrafo único: A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos legitimados para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima e não máxima de responsabilidade do Compromissário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Compromitente deverá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando atualização das listas de espera

e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo Compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O Compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

Parágrafo único: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa das crianças e dos adolescentes ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, inc. IV, do Novo Código de Processo Civil, bem como, podendo ser feita a homologação judicial do mesmo, em que terá eficácia de título executivo judicial, na forma do art. 515, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, estando o compromissário ciente e de acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça, pelo Compromissário e por duas testemunhas. Uma das vias é recebida pelo Compromissário neste ato, uma será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Ivinhema/MS, 12 de dezembro de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

Éder Uilson França Lima

Prefeito Municipal -Compromissário

Mariel Sassada Ronchesel

OAB/MS nº 19.355.

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003529-2.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Neri Santarena.

Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental no lote 772, localizado no assentamento Teijin, distrito de Nova Casa Verde.

Nova Andradina, 14 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003530-4.

Requerente: COM Comércio e Assistência Técnica Hospitalar Ltda. ME.

Requerido: Jivan Garcia José e Rosenildo Luiz da Silva.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada por servidor público municipal na emissão de documento público ideologicamente falso.

Nova Andradina, 14 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 001/2018/03PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004683-4.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar;

Assunto: “Apurar eventual situação de risco vivenciada pelo menor J. L. L. N. R.”.

Sidrolândia/MS, 18 de dezembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 005/2018/03PJ/SDN

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003621-4.

Requerentes: Ministério Público Estadual, Antônio Donizete Leite Rodrigues, Cristiano Mendes, Lindaura Ratier Pereira da Rocha e Hiroyuki Aveiro Todaka;

Requerido: Fácil Treinamentos LTDA - ME.

Assunto: “Apurar possível violação a direito do consumidor referente ao contrato de prestação de serviço de qualificação profissional (Resgate e Socorro) da empresa Fácil Treinamentos LTDA – ME celebrado neste município de Sidrolândia/MS”.

Sidrolândia/MS, 18 de dezembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2018/03PJ/SDN

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003623-6.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Município de Sidrolândia e Áquis Júnior Soares.

Assunto: “Apurar os fatos narrados na Manifestação n.º 11.2018.00004022-8 da Ouvidoria do MPMS relativa ao acúmulo de funções por parte de Áquis Júnior Soares na Prefeitura de Sidrolândia/MS e na Câmara Municipal de Caracol/MS”.

Sidrolândia/MS, 18 de dezembro de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

INQUÉRITO CIVIL: 06.2018.00002298-6

RECOMENDAÇÃO - nº 05/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Batayporã/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”¹²;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”¹³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público a manifestação apócrifa n.

11 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

12 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

13 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

11.201800001369-7, encaminhada via Ouvidoria, versando sobre suposto desvio dos bens doados pela Receita Federal para APAE de Batayporã/MS.

CONSIDERANDO que ao longo da investigação, foi possível identificar irregularidades quanto ao controle dos bens doados, tanto na conferência de recebimento, como na venda dos produtos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, como fiscal da lei e da ordem jurídica, deve atuar preventivamente, visando a corrigir irregularidades detectadas;

RECOMENDA a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Batayporã/MS, APAE local, para, no prazo de 60 dias adequar e:

1. providenciar a conferência dos produtos doados, anotando em uma planilha o que foi ou não recebido, para fins de controle;
2. os produtos recebidos deverão permanecer na sede da APAE, em local apropriado, proibindo qualquer funcionário/pessoa a levar os objetos para as suas respectivas residências;
3. realizar a venda dos produtos doados em bazares ou similares, evitando que os bens sejam ofertados pelas ruas, lojas ou em casas da cidade, sem controle;
4. aplicar os recursos auferidos com a venda em programas relacionados com as atividades fim da entidade beneficiada;
5. emitir recibos discriminando todas as mercadorias, o adquirente, pessoa física, o valor e quantidade de objetos vendidos, devendo ainda constar neste documento a vedação da utilização destes para venda no comércio;
6. guardar o recibo acima mencionado pelo prazo de 02 (dois) anos, para que estejam sempre à disposição da autoridade competente, se necessário.
7. comunicar a todos os membros da diretoria da Associação sobre o recebimento, vendas e prestações de conta relacionados às mercadorias recebidas.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

Encaminhe-se, com remessa para a publicação no DOMP, o teor deste expediente a Diretoria da APAE;

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.

Batayporã, 13 de dezembro de 2018.

BIANKA M. A. MENDES.
Promotora de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 23/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001682-9

Requerente: Anônimo

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Inocência-MS, 06 de dezembro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 24/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001839-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Enio Carlos Azambuja Bertho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais, consubstanciadas na supressão de árvores e ausência de isolamento das áreas de preservação permanente.

Inocência-MS, 12 de dezembro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 25/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001834-9

Requerente: Anônimo

Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo e outro

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e favorecimento ao irmão do Prefeito, Jailmilson Ferreira de Melo, nos procedimentos licitatórios nº 063/2017, 150/23017, 167/2017, 178/2017 e 11/2018.

Inocência-MS, 12 de dezembro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 26/2018

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001090-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001090-2

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Mauro André Gatti

Conteúdo: O compromissário se incumbiu de cercar as áreas de preservação permanente; conter princípio de processo erosivo e implementar corredor destinado à dessedentação de semoventes, mediante autorização ambiental.

Data da celebração do TAC: 05 de dezembro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 27/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004609-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro André Gatti

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001090-2.

Inocência-MS, 12 de dezembro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

RIO NEGRO

EDITAL N. ° 71/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003612-5, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003612-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da rejeição, pela Câmara de Vereadores, de contas do Município de Rio Negro referentes ao exercício de 2008, na gestão do Prefeito Joaci Nonato Rezende, em consonância com parecer do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Rio Negro, 17 de dezembro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N. ° 72/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003627-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003627-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar a quem pertence a propriedade rural referente ao Parecer n.º 663/17/NUGEO (Operação Cervo do Pantanal), situada no Município de Rochedo, na qual constatada desmatamento.

Rio Negro, 18 de dezembro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N. ° 73/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00003520-4, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00003520-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Adão Pedro Arantes

Assunto: "Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Prefeito de Rochedo/MS, bem como eventual dano ao erário, entre os anos de 2008 e 2009.”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 01/2011 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 18 de dezembro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça